

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

MARIANA SILVA MORAES

**OS SENTIDOS E AS VOZES NO DISCURSO SOBRE FEMINICÍDIO
DO JORNAL ZERO HORA**

PORTO ALEGRE

2019

MARIANA SILVA MORAES

OS SENTIDOS E AS VOZES NO DISCURSO SOBRE FEMINICÍDIO
DO JORNAL ZERO HORA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharela em Jornalismo.

Orientadora: Profa. Dra. Thaís Helena Furtado

PORTO ALEGRE

2019

MARIANA SILVA MORAES

OS SENTIDOS E AS VOZES NO DISCURSO SOBRE FEMINICÍDIO
DO JORNAL ZERO HORA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharela em Jornalismo.

Aprovada em:
BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Thaís Helena Furtado – UFRGS
Orientadora

Profa. Dra. Sabrina Franzoni – Unisinos
Examinadora

Profa. Dra. Virgínia Fonseca – UFRGS
Examinadora

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora, Thaís Furtado, por toda ajuda ao longo do processo de escrita e por ter aceitado esse desafio junto comigo, sendo sempre solícita e acolhedora.

Agradeço também aos meus pais, Andrea Marques e Marino Moraes, por terem valorizado e incentivado meus estudos. Eles me acompanharam desde o momento do vestibular, sempre acreditando em mim e no meu potencial, muitas vezes mais do que eu mesma. Minha base familiar foi essencial para que eu conseguisse concluir esta pesquisa e a graduação. Agradeço a minha avó, Nilde Lúcia Marques, pelos almoços de domingo, pela doçura, por toda preocupação e pelo carinho. Sou muito grata por todo o esforço que meus pais e minha avó fizeram pela minha educação e para que eu conseguisse alcançar o meu diploma. O Ensino Superior foi um sonho para mim desde que eu estava no colégio, serei eternamente grata por terem me ajudado a alcançar esse objetivo.

Gratidão a minha irmã, Vitória Moraes, por todas as conversas, ouvindo minhas reclamações e expectativas sobre a vida. Meu agradecimento especial a minha bisavó, Lúcia Marques, que nos deixou logo que eu entrei na UFRGS, mas que eu sei que zelou por mim de onde quer que ela esteja. Meu carinho ao meu namorado, Nicolás Kneip, por todas as vezes que escutou minhas angústias, minhas inseguranças e me motivou a seguir em frente. Agradeço muito por ter sido tão parceiro e compreensivo nesse processo.

Em quatro anos e meio de graduação, tive oportunidade trabalhar com pessoas incríveis, que me fizeram crescer tanto profissionalmente quanto pessoalmente. Um grande agradecimento aos supervisores de bolsa e estágio pelos ensinamentos compartilhados. Meu obrigada, em especial, aos meus colegas da Ospa por terem sido tão compreensivos, pelas risadas, pelos desafios, e por todo o crescimento profissional que proporcionam.

A Fabico é um lugar muito especial para mim. Guardo um amor imenso por todas as memórias que construí lá. Agradeço aos colegas e professores por todas as vivências e conhecimentos trocados. Sou muito grata por ter estudado em uma universidade pública de qualidade e excelência como a UFRGS.

Por fim, minha gratidão a todos os meus amigos que me acompanharam nessa trajetória. Agradeço por terem entendido minhas ausências e por me tirarem de casa quando necessário. Um grande amor aos meus gatos que alegraram minhas manhãs, tardes e noites de escrita. Todas as pessoas citadas foram e são muito importantes para mim. Sou muito privilegiada por poder contar com elas em minha vida. A pessoa que sou hoje devo a todo o amor e carinho que recebi e compartilhei. Muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo **compreender se houve, nos últimos dez anos, mudanças de sentidos e da presença de vozes no discurso sobre feminicídio do jornal Zero Hora**. Para atingir esse objetivo, foram selecionadas cinco notícias de casos de feminicídio para análise. Foram escolhidas uma notícia de cada um dos seguintes casos: Caso Eloá Cristina (2008), Caso Eliza Samudio (2010), Caso Márcia Carnetti (2012), Caso Débora Forcolén (2018) e Caso Tatiane Spitzner (2018). Posteriormente, o texto de cada uma das matérias foi analisado por meio da análise do discurso (AD) de linha francesa. Na base teórica da pesquisa, são apresentados dados sobre feminicídio e sobre a violência contra a mulher no Brasil, além dos avanços da legislação brasileira. Mostramos também as discussões existentes sobre as construções sociais de gênero e a sobre a relação entre o feminicídio e o jornalismo. A partir das análises, em relação aos sentidos, foram encontrados sete formações discursivas (FDs) iniciais, distribuídas em três eixos: Representação da Mulher (E1), Representação do Agressor (E2) e Representação do Crime (E3). Em E1, identificamos as seguintes FDs: a mulher como culpada e a mulher como vítima. Em E2, identificamos as seguintes FDs: o lado humano do agressor, o agressor como culpado, a importância da carreira. Finalmente, em E3, identificamos as seguintes FDs: o ciúme como justificativa e o feminicídio como crime. Ao final, englobamos essas sete FDs em duas outras maiores. A FDA (Mulher como culpada e homem humanizado) e a FDB (Mulher como vítima e homem como culpado). Percebemos que, nas notícias mais recentes, a FDB passa a ser mais presente. Sobre as vozes, também observamos uma maior identificação das fontes com o agressor nas notícias mais antigas do que nas atuais. Como resultado, portanto, podemos afirmar que houve pelo menos um início de mudança no discurso, tanto em relação aos sentidos quanto nas vozes sobre feminicídio no jornal Zero Hora.

Palavras-chave: Notícias. Feminicídio. Zero Hora. Discurso. Análise do Discurso.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER.....	13
2.1 A mulher na legislação brasileira e a desigualdade de gênero.....	13
2.2 As raízes da violência de gênero.....	17
3 O FEMINICÍDIO E O JORNALISMO.....	24
3.1 A construção social e a dimensão cultural da notícia	24
3.2 O feminicídio como notícia.....	27
4 METODOLOGIA.....	32
4.1 Objeto de pesquisa.....	32
4.1.1 O caso Eloá Cristina.....	32
4.1.2 O caso Eliza Samudio.....	33
4.1.3 O caso Márcia Carnetti.....	34
4.1.4 O caso Débora Forcolén.....	35
4.1.5 O caso Tatiane Spitzner.....	35
4.1.6 O jornal Zero Hora.....	36
4.2 Análise de discurso.....	37
5. FEMINICÍDIO NO JORNAL ZERO HORA: AS VOZES E OS SENTIDOS NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	40
5.1 Procedimentos de análise.....	40
5.2 Análise: os sentidos e as vozes no discurso sobre feminicídio da zh dos últimos dez anos.....	43
5.2.1 Sentidos.....	43
5.2.1.1 TEXTO 1 – Caso Eloá Cristina.....	45

5.2.1.2 TEXTO 2 – Caso Eliza Samudio.....	48
5.2.1.3 TEXTO 3 – Caso Márcia Carnetti.....	50
5.2.1.4 TEXTO 4 – Caso Débora Forcolén.....	51
5.2.1.5 TEXTO 5 – Caso Tatiane Spitzner.....	53
5.2.2 Considerações preliminares sobre os sentidos.....	54
5.2.3 Vozes.....	56
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICE A.....	66
ANEXO A.....	71
ANEXO B.....	73
ANEXO C.....	74
ANEXO D.....	76
ANEXO E.....	80

1 INTRODUÇÃO

Todos os dias somos bombardeados de notícias, entre elas matérias sobre violência contra mulher e feminicídio. É chocante o número de notícias veiculadas sobre esses crimes. Entretanto, a grande circulação de informação reflete apenas uma parte do cenário crítico brasileiro no que concerne a vida da mulher. Os números de violência contra a mulher e feminicídios são alarmantes. O machismo e a misoginia ainda tão presentes na sociedade são fatores decisivos para esses altos índices. De acordo com a ONU, o Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo. Somente em 2013, foram 4.762 assassinatos de mulheres registrados no Brasil, ou seja, aproximadamente 13 homicídios femininos diários, segundo o Mapa da Violência 2015 (Cebela/Flacso). Além disso, é comum vermos nas redes sociais relatos de mulheres sobre abusos, assédios e machismo nas diversas esferas de suas vidas. Além dos números, enquanto mulheres, sentimos em nosso convívio social e nos espaços que frequentamos esse sensação de impotência frente ao assédio, ao sexismo e ao preconceito quase que diariamente.

Apesar disso, a sociedade teve avanços em relação aos direitos e políticas de proteção à mulher. A promulgação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio são alguns deles. A criação de delegacias especializadas em crimes com motivação de gênero e a produção de filmes, novelas e livros tratando de temas relacionados à violência contra a mulher, atentos à forma como ela é representada, são progressos. As redes sociais vêm servindo também como meio de mobilização. Mais mulheres entram em contato com ideias do feminismo e questionam os papéis socialmente construídos.

Considerando essas mudanças, cabe entendermos a parcela de influência do e no jornalismo em relação a essas questões. O jornalismo é um dos responsáveis pela forma como compreendemos a sociedade e a maneira como ela vive, sendo um espaço em que circulam valores, representações e concepções. Ele tem um papel muito importante na construção intersubjetiva do senso comum, através das notícias. Ou seja, uma notícia não é só um relato de um acontecimento, ela ajuda a construir a realidade. A discussão sobre o papel e o poder social do jornalismo é o que nos

toca logo quando entramos na graduação. Entretanto, observamos a presença na atualidade de muitos discursos de questionamento e descrença no jornalismo, ignorando, inclusive, seu poder como meio de perpetuação de preconceitos e estereótipos.

Ao assistir o documentário “Quem matou Eloá?”, que narra criticamente a cobertura jornalística do caso ocorrido em 2008, foi preocupante observar os sentidos imbricados de machismo que a mídia construiu sobre o acontecimento e a forma como a cobertura se sucedeu. O crime ocorreu há mais de dez anos e ficou marcado na memória dos brasileiros. A partir dessa experiência pessoal com o documentário, decidimos investigar mais sobre a relação do jornalismo com o feminicídio, mais precisamente com os sentidos e as vozes presentes do discurso jornalístico sobre feminicídio dos últimos dez anos.

Para isso, como objeto de estudo, selecionamos o jornal Zero Hora (ZH), um dos mais tradicionais e de maior circulação do Rio Grande do Sul. No jornal, selecionamos cinco notícias relacionadas a grandes casos de feminicídio para identificar os sentidos e as vozes presentes nesses textos, começando pelo caso que nos marcou. Trouxemos, então, uma notícia de cada um dos seguintes casos: Caso Eloá Cristina (2008), Caso Eliza Samudio (2010), Caso Márcia Carnetti (2012), Caso Débora Forcolén (2018) e Caso Tatiane Spitzner (2018). Para realizar esse mapeamento nas notícias, utilizamos como metodologia de pesquisa a análise de discurso (AD), com o objetivo principal de **compreender se houve, nos últimos dez anos, mudanças de sentidos e na presença de vozes no discurso sobre feminicídio do jornal Zero Hora**

Temos também os seguintes objetivos específicos: 1) apresentar a legislação brasileira no que concerne aos direitos da mulher e à violência contra a mulher no Brasil; 2) discutir a influência dos ideais de gênero socialmente construídos nos casos de violência; 3) compreender a dimensão cultural das notícias, enquanto forma de regular nossas práticas sociais e a maneira como entendemos o mundo e a sociedade; 4) entender a relação do feminicídio com o jornalismo, especialmente com a produção de notícias.

Iniciamos a apresentação da base teórica da pesquisa no próximo capítulo, o capítulo 2, onde começamos mostrando os avanços na legislação em relação aos direitos da mulher e à violência de gênero. Após essa exposição, demonstramos o quanto esses avanços legais ainda não se refletem em práticas sociais, trazendo diversos índices e pesquisas sobre a participação da mulher na sociedade e sobre a violência de gênero e feminicídio no Brasil e no mundo. Além disso, fazemos uma discussão acerca da construção social dos papéis de gênero na sociedade e sua relação com o espaço que a mulher ocupa na mesma.

No capítulo três, debatemos diretamente sobre a relação do jornalismo com feminicídio. Como essa pesquisa segue as linhas da Teoria Construcionista, o capítulo inicia abordando a construção social da realidade pelo jornalismo. Após, discutimos sobre a dimensão cultural da notícia como meio de estabelecer concepções, normatividades e representações sobre a sociedade. A partir da compreensão desses fatores relacionados à produção das notícias, tratamos de explicar o porquê do feminicídio ser uma pauta tão recorrente, para isso utilizamos os conceitos de valor-notícia. Assim, relacionamos quais valores-notícia compartilhados pelos jornalistas se encaixam nas narrativas de crimes de feminicídio.

No quarto capítulo, apresentamos nosso objeto de pesquisa: o jornal Zero Hora. Além disso, mostramos resumidamente os fatos e contextos relacionados aos cinco casos de feminicídios. Ainda no capítulo, explicamos o funcionamento e a escolha da metodologia, no caso a análise de discurso, justificando seu uso nesta pesquisa. Já no quinto capítulo, trazemos os sentidos e vozes encontrados a partir da análise de discurso aplicada às cinco matérias. Antes de apresentá-los, mostramos os procedimentos metodológicos utilizados para o mapeamento. Por fim, expomos os sentidos e as vozes presentes, relacionando ao campo teórico abordado nos capítulos anteriores.

A organização mencionada acima foi pensada para que pudéssemos responder, então, o seguinte problema de pesquisa: **Houve, nos últimos dez anos,**

mudanças de sentidos e na presença de vozes no discurso sobre feminicídio do jornal Zero Hora?

Problematizar a forma como a mídia aborda uma questão tão importante quanto o feminicídio torna-se imprescindível frente ao machismo e a misoginia que ainda se perpetuam em nossa sociedade. Assim como o jornalismo tem o poder de reproduzir preconceitos e estereótipos, ele pode ser um meio de questionar a ordem estabelecida e provocar mudanças na sociedade. Cabe a nós, através desta pesquisa, verificarmos se o discurso jornalístico sobre feminicídio se coloca contra ou favor da mulher.

2 FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Neste capítulo, abordaremos o contexto histórico-social da violência contra a mulher e do feminicídio no Brasil, analisando as mudanças que ocorreram nos últimos anos na legislação e as razões para o perpetuamento desse tipo de violência. Traremos dados atuais sobre a temática, relacionando-os com estudos sobre gênero e violência.

2.1 A MULHER NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A DESIGUALDADE DE GÊNERO

Nos primeiros documentos legais do Brasil, já se percebia a diferença de tratamento para homens e mulheres. A Constituição do Império do Brasil de 1824¹ foi a primeira legislação brasileira, e os direitos sociais nela instituídos eram exclusivamente dos homens. A Constituição de 1824 não negava direitos às mulheres, pois elas nem ao menos eram citadas. Elas não eram consideradas cidadãs, não podiam votar ou ser eleitas. O Código Penal de 1890² também trazia poucos benefícios e proteções às mulheres. Os crimes sexuais se inseriam na seção de crimes contra a segurança da honra. Ou seja, o objetivo não era proteger as mulheres, mas sim sua virgindade e a honra da família, prevendo penas distintas para casos de estupro de mulheres virgens ou “de família” e mulheres “públicas” ou prostitutas. De acordo com esse mesmo código, a mulher que cometesse adultério teria pena de um a três anos de prisão.

No código civil de 1916³, a mulher também era coadjuvante e discriminada. Mulheres casadas não podiam praticar certas atividades, necessitando da permissão do marido até mesmo para ter uma profissão. A primeira constituição que garantiu pequenas mudanças em relação aos direitos sociais das mulheres foi a Constituição de 1934⁴, principalmente por trazer alterações em relação ao trabalho feminino e à participação eleitoral. A partir dessa constituição, proibiu-se o pagamento de salário

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 11/04/2019

² Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm. Acesso em: 11/04/2019

³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L3071.htm. Acesso em: 11/04/2019

⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm. Acesso em: 11/04/2019

diferente para funcionários de ambos os sexos que exercessem a mesma função, e as mulheres passaram a ter direito ao voto.

Entretanto, o grande marco constitucional contra a discriminação de gênero foi a Constituição de 1988⁵, que assegurou direitos igualitários entre homens e mulheres. De acordo com Sá (2017), a Constituição Federal de 1988 compilou as principais reivindicações femininas, trazendo avanços normativos na questão da igualdade de gênero. De acordo com o artigo 5º da Constituição de 1988:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: 'I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição' (...).

Além do Artigo 5º, que é mais abrangente, a constituição possui outros artigos que asseguram a igualdade entre homem e mulher no âmbito familiar, no trabalho e na sociedade. Contudo, embora nossa constituinte demonstre progresso em relação aos direitos das mulheres, na prática a igualdade entre homens e mulheres ainda não é uma realidade.

(...) A realidade brasileira demonstra que as práticas sociais não refletem os avanços normativos. É dizer, na realidade, no mundo fático, permanecem as práticas discriminatórias e excludentes das mulheres, ainda que nosso ordenamento, pátrio e internacional, já tenha estabelecido bases e diretrizes em sentido oposto. (SÁ, 2017).

A desigualdade de gênero ainda é algo muito presente na vida das mulheres brasileiras e do mundo todo. Na história da humanidade, o sexo biológico é o elemento-chave para se atribuir culturalmente diferenças entre homens e mulheres. Conforme explica Garcia (2015), o homem foi tomado como medida de todas as coisas desde os primórdios, sendo a ele atribuída a representação de humanidade. A partir dessa perspectiva historicamente androcêntrica, são atribuídas construções de gênero diferenciadas, que configuram o que é característico do feminino e do masculino, determinando a partir disso quais direitos, espaços, atividades e condutas são próprias de cada sexo.

A desigualdade, longe de ser natural, é posta pela tradição, pelas estruturas de poder, pelos agentes envolvidos na trama de relações sociais. Nas

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11/04/2019

relações entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero não é dada, mas pode ser construída, e o é com frequência (SAFFIOTTI, 2004, p. 71).

Neste processo de construção das atribuições de gênero, as representações em torno do feminino e do masculino ganharam significados distintos nas relações de poder que se estabelecem entre homem e mulher. Para Saffiotti (2004), o poder possui duas faces: a da potência e a da impotência. A forma como homens e mulheres são sociabilizados e as vivências concretas entre eles os colocam nos diferentes pólos. As mulheres convivem com a impotência, vistas como frágeis e inferiores; os homens, socialmente construídos como fortes, viris, sábios, são preparados para o exercício do poder nas diferentes esferas do mundo fático, desde o trabalho e a política até as relações interpessoais. Diversos discursos ao longo da história, inclusive atualmente, legitimaram esses papéis diferenciados. A mitologia e a religião são exemplos. É frequente a presença de narrativas em que mulheres são a causa das desgraças da humanidade, do pecado, da expulsão do homem do paraíso. Os homens, ao contrário, são representados como símbolos da razão, os líderes, os protagonistas, os salvadores.

A essa estrutura social de exploração-dominância masculina dá-se o nome de patriarcado. O patriarcado exerce uma "dominação simbólica" sobre todo o tecido social, corpos e mentes, discursos e práticas sociais e institucionais; (des)historiciza diferenças e naturaliza desigualdades entre homens e mulheres” (Bordieu *apud* Araújo, 2008). Tendo um caráter histórico, o patriarcado vem se reproduzindo e se desconstruindo, atravessando a sociedade como um todo.

Diversos dados corroboram com o exposto acima. A desigualdade entre homens e mulheres é uma realidade muito presente no Brasil e no mundo. De acordo com o FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola)⁶, em 2012, nos países da África e da Ásia, as mulheres trabalham, por semana, em torno de 12 a 13 horas a mais do que os homens, mesmo que com frequência suas contribuições não sejam remuneradas. No mundo, as mulheres ganham em média

⁶ Disponível em:

<https://www.ifad.org/documents/38714170/40706239/Gender+Equality+and+Women's+Empowerment.+Policy+brief.pdf/dae0cce4-3f75-4056-aca4-9673851290ac>. Acesso em: 11/04/2019

23% a menos do que os homens, segundo levantamento da OIT (Organização Internacional do Trabalho)⁷, de 2016.

A situação não é diferente no Brasil. No último semestre de 2017, as mulheres brasileiras ganhavam em média R\$ 1.879, enquanto os homens recebiam em média R\$2.469, uma diferença de aproximadamente 24%, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)⁸. Um outro levantamento feito pelo *Overseas Development Institute* (ODI)⁹, em 2017, constatou que, no mundo, para cada três homens em postos assalariados, há apenas duas mulheres na mesma situação. Além disso, dados da mesma pesquisa mostram que, para cada quatro homens donos de negócios, há apenas uma mulher na mesma posição.

No âmbito da educação e da política o quadro é semelhante. Dados da Unesco¹⁰ (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) de 2016 mostram que mulheres representam dois terços dos 750 milhões de adultos sem habilidades básicas de leitura e escrita, e que existem mais meninas do que meninos fora da escola. Com relação à participação política, a Comissão Estatística das Nações Unidas¹¹ traz dados pouco animadores. Em 2015, após analisar 70 países, constatou-se que mulheres ocupam menos de 15% das cadeiras das câmaras do Legislativo. No Brasil, segundo o relatório *Global Gender Gap Report 2017*¹², o cenário é parecido: dos 513 deputados federais, apenas 51 eram mulheres, em 2017. No Senado, elas representavam 13 das 81 cadeiras (16%).

Conforme os dados expostos acima, notamos que os avanços constitucionais não se refletem em progresso para as mulheres na sociedade. Mesmo que no papel mulheres e homens já tenham adquirido os mesmos direitos e o princípio da

⁷ Disponível em: http://www.ilo.org/gender/Informationresources/Publications/WCMS_457317/lang-en/index.htm Acesso em: 11/04/2019

⁸ Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/08933e7cc526e2f4c3b6a97cd58029a6.pdf Acesso em: 11/04/2019

⁹ Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/resource-documents/11427.pdf> Acesso em: 11/04/2019

¹⁰ Disponível em: <https://en.unesco.org/themes/education-and-gender-equality> Acesso em: 11/04/2019

¹¹ Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/gender/worldswomen.html> Acesso em: 11/04/2019

¹² Disponível em: <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2017/> Acesso em: 11/04/2019

igualdade norteie os termos da atual Constituição, as mulheres, tanto no Brasil quanto no mundo, estão distantes de atingir o tratamento igualitário idealizado. A discriminação de gênero é um dos resultados da forma como se constituíram e se perpetuaram os ideais de homens e mulheres na sociedade.

2.2 AS RAÍZES DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Além da desigualdade nas diversas esferas sociais, a organização social de gênero que privilegia o masculino também é a canalizadora para outro tipo de dominância: a violência de gênero.

A violência de gênero produz-se e reproduz-se nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia. Expressa uma forma particular de violência global mediatizada pela ordem patriarcal, que delega aos homens o direito de dominar e controlar suas mulheres, podendo para isso usar a violência (ARAÚJO, 2008).

De acordo com Araújo (2008), o termo violência de gênero refere-se não apenas às mulheres, mas a todas as vítimas da violência masculina advinda das relações de gênero, como crianças, adolescentes e a população LGBTQ+. Pode-se dizer, assim, que a violência contra a mulher é a principal manifestação da violência de gênero. No Brasil, os dados sobre violência contra a mulher são alarmantes. Segundo pesquisa da Datafolha¹³, em 2016, 40% das mulheres acima de 16 anos sofreram algum tipo de assédio, sendo eles mais frequentes entre jovens de 16 a 24 anos e entre mulheres negras. Além disso, a pesquisa aponta que 22% das brasileiras já sofreram ofensa verbal, 10% sofreram ameaça de violência física, 8% sofreram ofensa sexual, 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo, 3% sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento e 1% levou pelo menos um tiro. Mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil.

A pesquisa feita pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹⁴, em 2015, trouxe resultados igualmente assustadores. Em 2015, foram registrados 45,4 mil casos de estupro, configurando aproximadamente um estupro a cada 11 minutos e cinco em uma hora. Quando questionadas sobre o medo do estupro, oito em cada

¹³ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf> Acesso em: 11/04/2019

¹⁴ Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/9_anuario_2015.retificado_.pdf Acesso em: 11/04/2019

dez entrevistadas pela pesquisa asseguraram sentir medo e o consideraram um risco concreto.

Uma das formas encontradas para coibir a violência contra a mulher no Brasil foi a Lei Maria da Penha¹⁵, que entrou em vigor em 2006. Anteriormente, crimes contra a mulher eram competência dos Juizados Especiais Criminais, que se mostravam ineficazes na repressão e punição dos agressores. O Brasil não dispunha de mecanismos legais suficientes e eficazes para coibir a violência doméstica contra a mulher, como demonstrou o caso de Maria da Penha, que deu nome à lei.

Maria da Penha sofreu violência doméstica durante 23 anos de casamento, além de duas tentativas de homicídio por seu marido, uma delas a deixando paraplégica. Foi a partir do caso de Maria da Penha que o Governo Brasileiro alterou o Código Penal e criou um novo dispositivo legal com maior eficácia na prevenção e punição da violência doméstica e familiar no Brasil, sendo sancionada a Lei Maria da Penha. De acordo com a ementa, a Lei Nº 11.340:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

A partir da Lei nº 11.340, é possível que agressores de mulheres em âmbito doméstico e familiar sejam presos em flagrante ou tenham prisão preventiva decretada. Além disso, a Lei Maria da Penha não permite que os agressores sejam punidos com penas alternativas, como o pagamento de multas ou cestas básicas. Com a lei, as penas variam de três meses a três anos de detenção. Anteriormente, a pena para esse tipo de crime era de seis meses a um ano. Diversas medidas protetivas também estão previstas nos termos, por exemplo, a proibição de aproximação do agressor da mulher agredida e a remoção do agressor do domicílio.

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm Acesso em: 11/04/2019

De acordo com a pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Públicos e Privados¹⁶, de 2010, estima-se que, no Brasil, cinco mulheres são espancadas a cada dois minutos, e o parceiro é o responsável pela agressão em 80% dos casos reportados.

Dentro dos papéis socialmente construídos de gênero, o homem não é sociabilizado para conviver com situações em que o controle e o domínio estejam fora de seu alcance e em que iniciativas são tomadas pelas mulheres.

O homem, considerado todo-poderoso, não se conforma em ter sido preterido por outro por sua mulher, nem se conforma quando sua mulher o abandona por não mais suportar os maus tratos. Qualquer que seja a razão para o rompimento da relação, quando a iniciativa é da mulher, isto constitui uma afronta para ele. Na condição de macho dominador, não pode admitir tal ocorrência. (SAFFIOTTI, 2004, p. 62)

Perpassando não só relações românticas, como situações do dia a dia entre homens e mulheres, a violência, seja ela física ou psicológica, surge para os homens como uma forma de reaver o controle sobre as mulheres. “O fator realmente preponderante é a relação de poder que o homem tem sobre a mulher e que lhe dá o “direito” de agredi-la por qualquer motivo” (ARAÚJO, 2008). A agressão é a forma de expressar o descontentamento ao se ver em uma situação de impotência em relação a uma mulher.

De acordo com Saffioti (2004), esse comportamento também deriva de uma tolerância e, pode-se dizer, de um incentivo da sociedade como um todo para que o homem exerça seu papel de dominador contra a mulher. Não é raro escutarmos mulheres sendo questionadas sobre o que seus parceiros acham sobre suas atitudes ou até mesmo opiniões que relacionam comportamentos de mulheres à presença ou à ausência de um homem em suas vidas. Existe um consentimento social para que os homens exerçam o controle, mesmo que venha na forma de agressão.

Além disso, quando uma mulher se torna vítima de violência, muitas vezes a culpa é depositada nela. Se a mulher sofreu assédio ou estupro, foi por razão das

¹⁶ Disponível em: https://apublica.org/wp-content/uploads/2013/03/www.fpa.org.br_sites_default_files_pesquisaintegra.pdf Acesso em: 11/04/2019

roupas curtas; se levou um tapa do marido, é porque não cumpriu sua função como esposa; se foi morta, é porque traía. Não sendo apenas a sociedade que as culpa, mas elas mesmas se sentem culpadas. Essa lógica da violência está inscrita nas relações de gênero que se estabeleceram historicamente, em que a mulher como sujeito, suas razões, suas atitudes e seus motivos são postos em segundo plano em detrimento do homem.

A palavra feminicídio é utilizada para designar assassinatos de mulheres em razão do gênero, ou seja, quando a vítima é morta por ser mulher. Considerando o cenário exposto acima, podemos considerar o feminicídio como a maior expressão de violência contra a mulher. A primeira vez que o termo apareceu na mídia foi por meio da escritora e ativista feminista Diana Russel, no Tribunal Internacional sobre Crimes Contra as Mulheres, em 1976, na Bélgica. No Brasil, a palavra passou a ser amplamente difundida a partir da promulgação da Lei do Feminicídio em 2015¹⁷, substituindo o termo crime passional, anteriormente muito usado pelo público e pela mídia, especialmente quando o crime envolvesse ciúme, morte por amor e insatisfação com rompimento amoroso. O termo é considerado problemático por associar violência à paixão, e por subentender que o homem foi incitado pela mulher a cometer o crime, afinal ela provocou aqueles sentimentos no agressor. Além disso, há alguns anos atrás, o termo era utilizado por advogados de defesa do agressor com o intuito de atenuar as penas de seus clientes. O desuso de “crime passional” e a inserção do termo feminicídio na mídia e no vocabulário comum das pessoas podem ser vistos como um avanço pelos significados distintos que os dois termos carregam.

No mundo, a cada seis horas, uma mulher é vítima de feminicídio, segundo levantamento da ONU (Organização das Nações Unidas)¹⁸ de 2017. A pesquisa indica que cerca de 87 mil mulheres morreram vítimas de feminicídio ao redor do mundo. Também mostra que mais da metade delas (58%) foram mortas por conhecidos, companheiros, ex-maridos ou familiares. No Brasil, a Lei do Feminicídio alterou o Código Penal, incluindo-o como uma modalidade de homicídio qualificado e

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm Acesso em: 11/04/2019

¹⁸ Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18_Gender-related_killing_of_women_and_girls.pdf Acesso em: 11/04/2019

configurando, assim, um crime hediondo. De acordo com a lei, feminicídio é o crime que envolve “violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. O Brasil é o quinto país com a maior taxa de feminicídios do mundo, segundo levantamento do Mapa da Violência 2015¹⁹.

De acordo com dados da mesma pesquisa, o Brasil possui uma taxa de 4,8 mil assassinatos em 100 mil mulheres. A pesquisa também mostra que de 1980 a 2013 morreram 106.093 mulheres vítimas de homicídio. Em 2013, foram registrados 4.762 assassinatos de mulheres no Brasil, o que soma aproximadamente 13 homicídios femininos diários. Além disso, desses assassinatos, 50,3% foram cometidos por familiares, configurando aproximadamente sete feminicídios diários nesse ano cujo autor foi um familiar. Em outros 33,2% desses casos, o crime foi praticado pelo parceiro ou ex-parceiro. Ou seja, em 2013 cerca de quatro mulheres foram mortas diariamente por homens com quem tinham relacionamentos amorosos.

Um levantamento mais recente demonstra um cenário levemente diferenciado: o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018²⁰ constatou que em 2017, 1133 foram mulheres foram vítimas de feminicídio, o que demonstra um crescimento em torno de 6% com relação à 2016.

O cenário exposto pelos números da pesquisa é um recorte do problema. Muitos casos de violência contra a mulher e feminicídio nem chegam a ser registrados, o que nos permite afirmar que as proporções podem ser muito maiores do que as estimativas atuais alcançam. A forma como se estruturam as relações de gênero são essenciais para compreendermos a presença e a perpetuação da violência contra as mulheres, tanto no Brasil quanto no mundo.

Devemos os avanços registrados no sentido de diminuição das desigualdades entre homens e mulheres nas diversas esferas da sociedade em grande parte ao trabalho de desconstrução ideológica promovida pelos movimentos feministas nacionais e internacionais. Por mais que a palavra “feminismo” ainda hoje

¹⁹ Disponível em: https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
Acesso em: 11/04/2019

²⁰ Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%ABblica-2018.pdf> Acesso em: 11/04/2019

cause desconforto em muitas pessoas, a ideologia e o movimento feminista foram essenciais para que as mulheres tivessem seus direitos reconhecidos na atualidade. De acordo com Narvaz e Koller (2006), o feminismo pode ser entendido como uma filosofia que reivindica que homens e mulheres sejam tratados como equivalentes, embora tenham experiências diferentes.

As feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi - e ainda é - predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (NARVAZ; KOLLER, 2006, p 648).

Nos estudos sobre o movimento feminista, é comum dividi-lo em três ondas. A primeira, datada no período entre o século XIX e o início do século XX, representa o surgimento do movimento feminista. Essa fase se caracterizou pela busca da igualdade de direitos civis, políticos e educativos, até então reservados apenas aos homens (NARVAZ; KOLLER, 2006). Os direitos políticos eram o principal foco dos movimentos, especialmente o direito ao voto. O movimento pelo sufrágio se estruturou na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos e na Espanha.

A segunda onda inicia-se na década de 1960, começando pelos Estados Unidos e espalhando-se pelos países ocidentais. Nesta fase, os temas de debate são ampliados e questões como a sexualidade, a família, o mercado de trabalho e as desigualdades legais passam a ser pautas de destaque, recebendo, por isso, o slogan “O pessoal é político”, criado pela feminista Carol Hanisch. Essa fase do movimento também trouxe atenção para a violência doméstica.

A terceira onda do feminismo teve seu início nos anos 90. Ela surge corrigindo supostas falhas da segunda onda. As feministas dessa fase questionam a ênfase demasiada do movimento anterior nas experiências de mulheres brancas de classe média-alta. Passa-se a questionar os paradigmas sobre o que é bom ou não para as mulheres. Além disso, a ideologia da terceira onda é centrada em uma interpretação pós-estruturalista de gênero e da sexualidade. As feministas dessa fase “problematizaram as teorias essencialistas ou totalizantes das categorias fixas e estáveis do gênero presentes nas gerações anteriores, nas quais “gênero” era definido a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica” (Narvaz; Koller, 2006, p. 650).

É possível dizer-se que hoje já estamos vivendo a quarta onda do feminismo, também chamada de pós-feminismo. Um dos atos mais importantes dessa fase até agora foi a “Primavera Feminista”, que ocorreu em 2015. No Brasil, diversas mulheres realizaram atos contra o projeto de lei que dificultaria o acesso ao aborto por mulheres estupradas, idealizado pelo então deputado federal Eduardo Cunha. A internet é uma das maiores impulsionadoras do crescimento do feminismo atualmente. Diversas *hashtags* foram popularizadas no Brasil para combater o machismo, como a “Meu Amigo Secreto” e “Mexeu com uma, mexeu com todas”. Assim, a onda vivida hoje é uma das mais crescentes pela facilidade de comunicação entre as mulheres.

Levando em consideração as especificidades históricas e sociais em que cada uma das ondas está inserida, todas as fases do movimento trouxeram contribuições para as mulheres, tanto no campo teórico quanto na vida cotidiana. Os progressos alcançados pelo feminismo demonstram que a estrutura patriarcal não é inerte. Como explica Araújo (2008), “as mulheres também detêm parcelas de poder, embora desiguais e nem sempre suficientes para sustentar a dominação ou a violência que sofrem”. Os homens e as mulheres reais podem fugir da forma como sua sociedade se organiza.

Pode-se dizer que embora a dominação masculina seja um privilégio que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos a utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação. Se o poder se articula segundo o “campo de forças”, e se homens e mulheres detêm parcelas de poder, embora de forma desigual, cada um lança mão das suas estratégias de poder, dominação e submissão. (ARAÚJO, 2008).

Neste capítulo, pudemos compreender que a violência contra a mulher e o feminicídio estão estritamente relacionados com as construções sociais de gênero estabelecidas ao longo da história da humanidade. Os números relacionados a esses crimes são alarmantes, transformando-se em pautas jornalísticas quase que diariamente. No próximo capítulo, falaremos sobre a relação do feminicídio com o jornalismo ao refletir sobre os fatores que o tornam notícia e sobre a forma como o tema vem sendo abordado pela mídia.

3 O FEMINICÍDIO E O JORNALISMO

Já se tornou comum vermos nos noticiários, quase que diariamente, matérias sobre casos de feminicídio e violência contra a mulher. Esses acontecimentos são frequentemente transformados em pauta pelo jornalismo. Neste capítulo, pretende-se explicar o porquê do feminicídio ser transformado em notícia, sua relação com os valores-notícias e a influência da dimensão cultural das notícias nos valores e normas da sociedade.

3.1 A CONSTRUÇÃO SOCIAL E A DIMENSÃO CULTURAL DA NOTÍCIA

De acordo Charaudeau (2006), o conceito de notícia pode ser entendido como um conjunto de informações com caráter de novidade que se relaciona a um espaço temático, fontes e inúmeras abordagens. A forma como se estruturam as notícias, desde a seleção do acontecimento ao processo de redação, está relacionada com diversos fatores, existindo teorias no campo acadêmico que pretendem explicar sua função. No presente trabalho, utilizaremos a abordagem construcionista para compreendermos os modos de produção das notícias e a sua influência na sociedade.

Enquanto outras teorias pensam as notícias sob perspectivas extremas, como as que veem as notícias como espelho da realidade ou as que pensam na distorção completa da realidade, as teorias construcionistas entendem a notícia como uma construção. Rodrigo Alsina (2009) conceitua notícia como “uma representação social da realidade cotidiana, gerada institucionalmente e que se manifesta na construção social de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p. 14). Nesse sentido, as notícias constroem ativamente a realidade social em que estamos inseridos, ao mesmo tempo em que estão marcadas pela cultura e pelos valores hegemônicos da sociedade e da comunidade jornalística e pelas rotinas e modos de produção nas redações dos veículos de comunicação.

(...) as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização (TRAQUINA, 2005, p.173).

Segundo Stuart Hall (1993), fatores como a pressão contra o relógio, a rotina de trabalho nas redações e os ideais de imparcialidade e objetividade imbuídos na comunidade e cultura jornalística se combinam para que os *media* recorram, frequentemente, a fontes institucionalizadas privilegiadas e credíveis (os chamados definidores primários). As ideias e ideologias dominantes, por consequência, ganham espaço, afinal são as definições daqueles que têm acesso privilegiado que são reproduzidas pela mídia.

Nas sociedades ocidentais, as instâncias de poder socialmente legitimadas não estão apenas relacionadas ao Estado, mas também aos saberes procedentes dos discursos especializados produzidos nos âmbitos jurídicos, biomédicos, psicológicos, econômicos, políticos, etc., que, no que diz respeito aos comportamentos sociais, altamente privilegiados nos discursos noticiosos, prevalecem como verdades e igualmente estão a orientar as normatividades (VEIGA, 2010, p. 39).

Além disso, ao pensarmos as notícias como construções, compreendemos a impossibilidade de um discurso neutro, pois o acontecimento nunca poderia ser transmitido em seu estado bruto. “A notícia é a narração de um fato ou o reescrever de uma narrativa, enquanto o acontecimento é a percepção do fato em si ou da notícia” (ALSINA, 2009, p. 12). Conforme explica Charaudeau (2006), para que o acontecimento faça sentido é necessário integrá-lo ao sistema cultural vigente, trazê-lo ao universo de significação comum. As notícias são feitas por pessoas que recorrem ao sistema cultural em que estão inseridas para fazer com que o acontecimento, que possui uma natureza conflituosa, faça sentido. Nesse processo, é impossível que inconscientemente não sejam atribuídos valores e interpretações àquilo que se está noticiando, ou seja, o acontecimento é construído através da notícia. Rodrigo Alsina (2009) diz que o jornalista tem percepções do fato de acordo com a sua enciclopédia.

Os acontecimentos, enquanto notícias, são regularmente interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, desta noção de consenso enquanto característica básica da vida cotidiana. São elaborados através de uma variedade de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber sobre a sociedade (HALL, 1993, p. 227).

“Os “mapas de significados” incorporam e refletem os valores comuns, formam a base dos conhecimentos culturais e são mobilizados no processo de tornar-se um acontecimento inteligível” (TRAQUINA, 2005, p. 177). De acordo com Stuart Hall (1993), os processos de identificação, classificação e contextualização

feitos pelos *media* são necessários para tornar o acontecimento compreensível para o público. Para que o acontecimento “faça sentido” com relação ao que é consensual na sociedade é necessário colocá-lo no âmbito de identificações culturais e sociais conhecidos.

Mortos são mortos, mas para que signifiquem “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. (CHARAUDEAU, 2006, p. 131).

Seguindo a linha das teorias construcionistas, as notícias nunca poderão ser um retrato fiel da realidade, do acontecimento, pois são atravessadas pelos valores e normas hegemônicos da sociedade. Além disso, conforme explica Stuart Hall (1993), os *media*, por terem esse papel importante de tornar os acontecimentos significativos ao transformá-los em notícias, oferecem interpretações poderosas sobre a forma como compreendemos tais acontecimentos.

Quando pensamos em casos de feminicídios e o modo como são produzidas as notícias sobre esses crimes, sua abordagem, o enquadramento, as palavras utilizadas e quais informações ficaram ou não de fora, tudo isso influencia na forma como a sociedade vai entender aquele crime. Embora tenhamos passado por diversos avanços em relação aos direitos da mulher e à discriminação de gênero, nossa cultura ainda é marcada pelo machismo e pela misoginia, como percebemos pelos números alarmantes de casos de violência contra a mulher mostrados no capítulo anterior.

A presença ainda marcante do machismo e da misoginia na nossa sociedade pode também influenciar na construção da notícia, visto que sua produção está vinculada ao que é consensual na sociedade. Rodrigo Alsina lembra que a notícia é uma construção da realidade social, mas “não é a única instância onde se produz a construção da realidade” (2009, p. 12). Obviamente, isso não torna a mídia isenta de responsabilidade ou justifica a reprodução de preconceitos, mas nos permite compreender a complexidade do processo de produção das notícias e nos atenta para:

(...) a participação da mídia – e do jornalismo em particular – na produção de sentidos, na formação de valores e nas relações de poder que, em última instância, se interseccionam com as formas como são produzidas as diferenças e as desigualdades (VEIGA, 2010, p. 27).

Muito além de influenciar a forma como compreendemos o mundo no plano simbólico, os discursos produzidos pela mídia, além de influenciarem como as normas e os valores da sociedade são significados, têm efeitos concretos nas práticas sociais e nas condutas. A mídia é:

(...) um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação – ao lado da escola, da família, das instituições religiosas.” (FISCHER, 2002, p. 153)

A reflexão proposta acima nos permite afirmar que a mídia possui um papel central como articulador dos saberes e interpretações com relação ao mundo e às diferentes pessoas que o habitam. Entretanto, mesmo que muitas vezes acabe por reforçar a ideologia dominante e manter o *status quo*, como salienta Stuart Hall (1993), pela forma como se estruturou o modo de produção da notícias, o jornalismo também tem seu potencial como contrapoder, podendo constituir um recurso para agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes (TRAQUINA, 2005).

3.2 O FEMINICÍDIO COMO NOTÍCIA

Todos os dias acontecem inúmeros fatos inesperados, conflituosos, que rompem com a normalidade e a ordem da vida cotidiana. Entretanto, não são todos esses acontecimentos que acabam nos jornais, emissoras de rádio, televisão e portais online. Os jornalistas fazem uma seleção entre todos os casos que quebram a normalidade estabelecida. Esses critérios de seleção foram conceituados, no âmbito acadêmico, como valores-notícia.

(...) os valores-notícia fornecem critérios nas práticas de rotina do jornalismo que permitem aos jornalistas, editores e agentes noticiosos decidir rotineiramente sobre quais as histórias que são noticiáveis e quais não são,

quais as estórias merecem destaque e quais as que são relativamente insignificantes, quais as que são para publicar e quais as que são para eliminar (HALL, 1993, p 225).

Os valores-notícia são partilhados pela comunidade jornalística e estão presentes em todo o processo de produção da notícia, tanto no momento de seleção dos fatos quanto no próprio processo de construção. De acordo com Traquina (2002), os valores-notícia podem se dividir em duas categorias: valores-notícia de seleção e valores-notícia de construção. Segundo o autor, os valores-notícia de seleção são os critérios utilizados para escolher um acontecimento que será transformado em notícia.

Os valores de seleção estão divididos em dois subgrupos: critérios substantivos e critérios contextuais. Os primeiros, que interessam diretamente a esta pesquisa, “(...) dizem respeito à avaliação direta do acontecimento em termos de sua importância ou interesse como notícia” (TRAQUINA, 2002, p. 78). Entre eles, o autor cita a morte, a notoriedade, a proximidade (geográfica e cultural), a infração, a novidade, a notabilidade, o inesperado, o conflito, entre outros. O feminicídio se enquadra em mais de um desses critérios (morte, infração, inesperado e conflito, ao menos). Os critérios contextuais “(...) dizem respeito ao contexto do processo de produção das notícias dentro das redações e não às características do próprio acontecimento” (TRAQUINA, 2002, p. 88). Entre eles, estão o equilíbrio entre diferentes temáticas e a disponibilidade de cobertura do acontecimento.

Já por valores-notícia de construção, Traquina (2002) refere-se aos critérios de seleção para decidir o que dentro do acontecimento vai ser incluído na elaboração da notícia. Estratégias de simplificação, dramatização, personalização e ampliação dos fatos são valores-notícia de seleção. Outro critério de construção da notícia é tornar o acontecimento o mais relevante possível para o público. Há também a consonância: “A lógica é a seguinte: quanto mais a notícia insere o acontecimento numa ‘narrativa’ já estabelecida, mais possibilidades a notícia tem de ser notada” (TRAQUINA, 2002, p. 92-93). Percebe-se que as notícias sobre feminicídio muitas vezes são simplificadas, dramatizadas e personalizadas, sem que se contextualize e se relacione os fatos.

Os crimes no geral já são constantemente uma pauta do jornalismo, e quando a violência está associada ao fato, a visibilidade noticiosa aumenta. A violência está no topo da atenção noticiosa, pois ela representa uma ruptura fundamental da ordem social (HALL, 1993). Em razão disso, é frequente vermos notícias sobre casos de feminicídio na mídia que ganham ainda mais repercussão quando estão associados a outros valores-notícia como a brutalidade, por exemplo.

Ao mesmo tempo em que parece positiva a visibilidade dada aos crimes de feminicídio, como forma de alerta, existe o lado da generalização, da banalidade. De acordo com Traquina (2002, p. 193), “o crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente, e, assim, grande parte dele é observado pelo *media* noticioso de forma igualmente rotinizada”.

Além disso, vimos anteriormente que a produção das notícias está vinculada ao papel dos definidores primários, às fontes institucionalizadas. Na área do crime, em que se encaixam as notícias de feminicídio, os definidores primários ganham ainda mais relevância:

Na área das notícias de crime, os *media* parecem estar mais fortemente dependentes das instituições de controle do crime para as suas estórias do que praticamente em qualquer outra área. A polícia, os porta-vozes do Ministério do Interior e os tribunais constituem uma quase monopólio como fontes de notícias de crime dos *media* (HALL, 1993, p 239).

Considerando que as fontes institucionalizadas tendem a reproduzir a ideologia e os valores dominantes, a produção das notícias sobre feminicídio e a forma como são representadas as mulheres ali retratadas inevitavelmente são atravessados pela cultura patriarcal e sexista ainda vigente na sociedade. A força que essas representações e enquadramentos ganham dentro da sociedade são inimagináveis, mas certamente endossam diversas práticas da vida social.

Além disso, temos que considerar que a mesma polícia que serve de fonte para a mídia é aquela que demonstra em muitos momentos total despreparo em casos de violência contra a mulher, questionando o motivo da mulher não ter gritado, ou não ter tentado fugir, deixando-a na mesma sala que seu agressor, entre outros.

De acordo com Stuart Hall (1993), esses definidores primários dirigem o campo de significação de uma forma quase incontestada.

Na ausência de uma definição alternativa, proposta eficientemente e com clareza, o âmbito de qualquer reinterpretação de crime pelo público como assunto do seu interesse é extremamente limitado. Consequentemente, uma das áreas onde os media têm mais probabilidade de ser bem sucedidos na mobilização da opinião pública dentro de uma estrutura dominante de ideias é em questões relacionadas com o crime e a sua ameaça social (HALL, 1993, p. 241).

O feminicídio é notícia por natureza. Os valores-notícia de violência, infração e brutalidade presentes nesses crimes fazem com que sejam pautas recorrentes. Porém, os processos envolvidos na produção dessas notícias podem contribuir negativamente para o modo como a sociedade interpreta esses fatos, além dos sentidos no imaginário social, reforçando ideias ainda tão presentes como “a culpa é da mulher”. Torna-se, assim, importante refletirmos sobre a importância do papel social do jornalismo para além dos modos de produção das notícias intrínsecos à profissão.

Além do que já foi citado anteriormente com relação à construção da notícia, existe mais um fator que deve ser levado em conta no processo de produção: a subjetividade dos jornalistas. As visões de mundo dos profissionais, que obviamente também se relacionam com os valores da cultura hegemônica, influenciam no resultado final da notícia. Em pesquisa de campo realizada com jornalistas, Veiga (2010) conclui que esses valores correspondiam às convenções de gênero e à heteronormatividade.

As visões de mundo dos profissionais eram permeadas por concepções de classe, de raça, de religião, de sexualidade, de geração e, principalmente, de gênero. Essas visões de mundo em muito se assemelhavam àquelas predominantes em nossa sociedade, naquilo que reconhecemos (ainda que inconscientemente) como seu padrão normativo, e nem sempre representam o todo, havendo uma infinidade de valores e visões diferentes que muitas vezes podem ser não reconhecidos ou não bem valorizados (VEIGA, 2010, p 164).

A raça, o gênero, a classe, os lugares que frequenta, as pessoas com quem se relaciona, tudo isso influencia na leitura que os jornalistas fazem dos acontecimentos, no processo de seleção e na hierarquização das notícias.

Inconscientemente, os valores culturais e sociais dos indivíduos são acionados durante os processos que envolvem a produção da notícia (VEIGA, 2010).

(...) de um lado, seus valores, sua subjetividade, oriundos da cultura da sociedade e do grupo social onde o mesmo está inserido (e de onde se origina), e de outro, o *modus operandis* da profissão que, igualmente, possui uma cultura específica e que está relacionada às estruturas do poder e do saber e que se refletem nos discursos produzidos (VEIGA, 2010, p. 43).

Além disso, devemos levar em conta que a maioria dos cargos de chefia nas redações de jornalismo são ocupadas por homens, embora as mulheres sejam a maioria, conforme demonstrou a pesquisa “Perfil do Jornalista Brasileiro”²¹, de 2012. A forma como são distribuídas as pautas, a abordagem das notícias, as informações que as constituem, entre outras decisões, são marcadas também pelo modo como se estruturam as redações. De acordo com Veiga (2010), enquanto os homens fazem as pautas mais “duras” e de maior relevância, as mulheres cobrem pautas mais “leves”. Seguindo essa lógica, o feminicídio não seria uma pauta para mulheres.

Podemos concluir que a subjetividade é um elemento marcante na constituição da notícia que devemos levar em conta ao pensar nos processos produtivos. A notícia tem um papel muito importante na nossa sociedade, principalmente por seu potencial cultural e como forma de conhecimento. Ao mesmo tempo que o jornalismo pode legitimar uma visão dominante, ele também pode, como construtor da realidade, servir como instrumento de contrapoder, desde que consiga romper com essas decisões hegemônicas. As mudanças na própria sociedade também são importantes, porque acarretam inevitavelmente mudanças na cultura hegemônica e nos discursos jornalísticos, pois tratam-se de um caminho de mão dupla. No capítulo seguinte, analisaremos notícias sobre feminicídios com o intuito de analisar se houve mudanças na forma como se constroem essas notícias nos últimos 10 anos.

²¹ Disponível em <http://perfildojornalista.ufsc.br/files/2013/04/Perfil-do-jornalista-brasileiro-Sintese.pdf>
Acesso em 07 de maio de 2019.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, primeiramente apresentaremos os casos de feminicídios escolhidos para análise, bem como o veículo de comunicação em que foram noticiados e que foi selecionado para a análise, no caso o jornal gaúcho Zero Hora. Após, trataremos da compreensão dos conceitos que envolvem a Análise de Discurso, metodologia utilizada nesta pesquisa.

4.1 OBJETO DE PESQUISA

Neste subcapítulo, mostraremos resumidamente os fatos e contextos relacionados aos cinco casos de feminicídios escolhidos no objeto de pesquisa. Para construir a exposição dos casos, buscamos informações em notícias de diversos veículos de comunicação como fonte de pesquisa. Frente ao grande número de feminicídios que são noticiados todos os dias, buscamos, nos últimos dez anos, crimes de repercussão nacional e que envolviam os parceiros ou ex-parceiros das vítimas. O período selecionado tem início no que ficou conhecido como o “Caso Eloá”, que, como será apresentado, foi marcado por muitas críticas em relação à conduta da polícia e à cobertura jornalística. Objetivamos descobrir se, desde esse acontecimento, houve mudança na forma como o jornalismo, especificamente a Zero Hora, considerada como jornal de referência no Rio Grande do Sul, tem noticiado casos de feminicídio. Após apresentar esses acontecimentos, conheceremos mais sobre a Zero Hora.

4.1.1 O caso Eloá Cristina²²

Entre 13 e 17 de outubro de 2008, em Santo André, na Grande São Paulo, a adolescente de 15 anos Eloá Cristina Pereira Pimentel foi mantida em cárcere

²² Disponível em: <https://www.metrojornal.com.br/foco/2018/10/15/caso-elo-a-10-anos-apos-assassinato-da-jovem-combate-ao-feminicidio-pouco-mudou.html>. Acesso em: 05/06/2019
Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/12/apos-10-anos-do-caso-elo-a-justica-obriga-estado-de-sp-a-indenizar-nayara-em-r-150-mil.ghtml>. Acesso em: 05/06/2019
Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crimes/caso-elo-a-pimentel/n1597621952083.html>. Acesso em: 05/06/2019

privado por seu ex-namorado Lindemberg Alves Fernandes, na época com 22 anos. O ex-companheiro entrou armado em sua residência, inconformado com o fim do relacionamento. Além de Eloá, sua amiga Nayara Rodrigues, também de 15 anos, foi mantida em cárcere privado. Nayara foi liberada no dia 14 de outubro, mas retornou ao cativo por orientação da Polícia Militar com o intuito de tentar resgatar Eloá. O plano não deu certo, e ela acabou se tornando refém novamente. Depois de quatro dias de cárcere, Eloá morreu vítima de dois disparos feitos pelo ex-companheiro. Nayara também foi baleada, mas sobreviveu.

Na época, o caso ganhou repercussão nacional e internacional, tendo muito destaque na mídia, inclusive com coberturas ao vivo. A forma como a mídia tratou o caso é alvo de críticas na atualidade. O documentário “Quem Matou Eloá?”²³, de Lívia Perez, reflete sobre a espetacularização da violência e a influência da mídia nas negociações e no rumo que o caso tomou. Lindemberg tinha acesso à televisão, sabendo tudo o que falavam sobre o acontecimento. Ele foi entrevistado duas vezes por telefone enquanto mantinha Eloá como refém. A morte de Eloá aconteceu em frente a diversas câmeras. Lindemberg foi condenado a 98 anos e 11 meses de prisão pela morte de Eloá e outros crimes. Em 2018, a Justiça de São Paulo condenou o Estado de São Paulo a indenizar Nayara em R\$ 150 mil pelo risco corrido durante seu retorno ao cativo. Ainda hoje, mais de dez anos após o acontecimento, o crime permanece na memória e se torna pauta do jornalismo em casos semelhantes.

4.1.2 O caso Eliza Samudio²⁴

Em junho de 2010, Eliza Samudio, 25 anos, desapareceu enquanto brigava na justiça para que o jogador de futebol Bruno Fernandes de Souza, conhecido

²³ Disponível em: http://portacurtas.org.br/filme/?name=quem_matou_elo. Acesso em: 05/06/2019

²⁴ Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/infograficos/caso-bruno/> Acesso em: 05/06/2019
Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/entenda-caso-do-goleiro-bruno-209753011> Acesso em: 05/06/2019

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/noticia/2017/02/ministro-do-stf-concede-liberdade-ao-goleiro-bruno-no-caso-eliza-samudio-cj5wloky11vgmxbj0ahzvbs23.html> Acesso em: 05/06/2019

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2018/03/macarrao-cumplido-do-goleiro-bruno-no-caso-eliza-samudio-deixa-a-prisao-cjebi7q2f000d01r4d941c0ib.html> Acesso em: 05/06/2019

como goleiro Bruno, assumisse a paternidade do filho. Segundo as investigações, Eliza, que era ex-namorada de Bruno, foi levada à força do Rio de Janeiro para Minas Gerais, onde ficou em uma propriedade do goleiro.

Luiz Henrique Ferreira Romão, o Macarrão, conhecido como braço-direito de Bruno, e um adolescente teriam levado Eliza para o sítio do goleiro. Ao ser apreendido, o adolescente afirmou que Bruno mandara matar a modelo e que o expolicial Marcos Aparecido dos Santos, o Bola, foi o encarregado da tarefa. O caso teve repercussão nacional e internacional. Além dos nomes citados acima, mais pessoas estiveram envolvidas no crime, como a ex-mulher de Bruno, Dayanne Rodrigues, que esteve com o bebê durante o ocorrido. Até hoje, o corpo de Eliza não foi encontrado.

Bruno foi condenado a 22 anos e três meses de prisão. Porém, em 2017, por meio de uma liminar, o ministro do Supremo Tribunal (STF) Federal Marco Aurélio Mello concedeu liberdade ao goleiro Bruno. Em 2018, Macarrão, cúmplice de Bruno, obteve autorização judicial para cumprir o resto da pena em regime aberto.

4.1.3 O caso Márcia Carnetti²⁵

No dia 26 de julho de 2012, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Márcia e o filho de cinco anos, Matheus, foram encontrados mortos em sua própria casa. Eles foram assassinados a facadas no dia anterior por Ênio Luiz Carnetti, marido e pai das vítimas, respectivamente. Após cometer o crime, Ênio tentou se suicidar, saltando da ponte sobre o Canal Furado, na BR-290. Ele foi socorrido por pescadores e encaminhado para o hospital. Depois de tentar contato com a família, as autoridades chegaram até Márcia e Matheus. Na casa, foram encontrados diversos bilhetes escritos

²⁵ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2017/06/relembre-o-caso-do-bioquimico-acusado-de-matar-a-mulher-e-o-filho-em-porto-alegre-9819768.html> Acesso em: 05/06/2019

Disponível em:

<https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADcia/bioqu%C3%ADmico-%C3%A9-condenado-a-54-anos-e-8-meses-de-pris%C3%A3o-por-assassinato-de-mulher-e-filho-1.234123>

Acesso em: 05/06/2019

Disponível em: <https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/crime-familiar-choca-moradores-de-bairro-tradicional-de-porto-alegre-rs-06102018> Acesso em: 05/06/2019

por Ênio em que ele afirmava preferir a morte do que ir para prisão, e que havia matado o filho para que ele não sofresse.

Após Ênio se recuperar dos ferimentos causados pela tentativa de suicídio, ele teve prisão preventiva decretada. Segundo informações da polícia, ele investigava a mulher antes de cometer o assassinato, desconfiado de uma possível traição da esposa. Uma amiga de Márcia afirmou que ele também a perseguia no trabalho. Em 2017, Carnetti foi condenado a 54 anos e 8 meses de prisão pela morte da esposa e do filho.

4.1.4 O caso Débora Forcolén²⁶

No dia 31 de março de 2018, Débora Forcolén, de 18 anos, foi morta pelo namorado Marcelo de Oliveira Bueno, de 37 anos, na casa onde moravam em Porto Alegre (RS). Débora levou um tiro no rosto. Quando a polícia chegou ao local, Marcelo confessou ter matado a namorada, mas afirmou que teria sido acidental, alegando que a arma disparou acidentalmente.

Inicialmente, Marcelo chegou a ser preso, mas foi indiciado por homicídio culposo, quando não há intenção de matar, e solto em seguida. Familiares da vítima contestaram a versão de Marcelo, afirmando que Débora recebia ameaças constantes e era agredida pelo namorado. Em julho de 2018, Marcelo virou réu por feminicídio. Segundo o Ministério Público, ele supostamente não aceitava o desejo de Débora de terminar o relacionamento. Marcelo aguarda o julgamento na prisão.

4.1.5 O caso Tatiane Spitzner²⁷

²⁶ Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/07/caso-debora-promotor-entende-que-marido-teve-intencao-ao-matar-jovem-em-porto-alegre-cji5shvrr0ih601pa5apyix5x.html>
Acesso em: 05/06/2019

Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/07/caso-debora-empresario-vira-reu-por-feminicidio-cjircwq2x00pw01o4bw16m7zq.html> Acesso em: 05/06/2019

²⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/08/02/o-que-se-sabe-do-caso-de-tatiane-spitzner-que-caiu-do-4o-andar-de-predio-em-guarapuava.ghtml> Acesso em: 05/06/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2019/05/17/caso-tatiane-spitzner-justica-define-que-marido-luis-felipe-manvailier-vai-a-juri-popular.ghtml> Acesso em: 05/06/2019

Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2018/07/22/advogada-e-encontrada-morta-em-predio-no-centro-de-guarapuava-diz-pm.ghtml> Acesso em: 05/06/2019

Em Guarapuva, no Paraná, em 22 de julho de 2018, a advogada Tatiane Spitzner, 29 anos, foi morta pelo marido Luís Felipe Mainvailer. Após discussão e diversas agressões, Tatiane foi jogada pelo marido da sacada do quarto andar do prédio onde morava. Imagens de câmeras de segurança registraram Luís Felipe dando socos e tapas em Tatiane no dia de sua morte, momentos antes de ser atirada da sacada. Os vídeos também mostraram Tatiane tentando fugir do marido. Após o crime, Luís Felipe fugiu e tentou simular que Tatiane havia se suicidado. Ele foi detido após sofrer um acidente durante sua possível fuga. Em depoimento, Luís negou ter agredido a esposa e afirmou que a amava.

Segundo informações coletadas pelo Ministério Público do Paraná, Tatiane estava em um relacionamento abusivo. Conversas de WhatsApp da vítima com uma amiga repercutiram em diversos veículos de comunicação. Nas mensagens, enviadas entre março e junho de 2018, Tatiane relatava sentir medo do marido e dizia que ele sentia um “ódio mortal” dela. Em maio de 2019, a Justiça determinou que Luís Felipe irá a júri popular.

4.1.6 O jornal Zero Hora²⁸

Zero Hora (ZH) é considerado um jornal de referência no Rio Grande do Sul, e tem a quinta maior circulação em tiragem impressa e digital no Brasil, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação de 2016²⁹. Por isso, foi escolhido para ser o veículo analisado nesta pesquisa. O periódico é controlado pelo Grupo RBS, propriedade da família Sirotsky, e foi fundado em 4 de maio de 1964. O jornal é editado em Porto Alegre (RS), e conta com 17 cadernos, mais de 200 jornalistas e 100 colunistas. ZH se caracteriza pela proximidade com os leitores, priorizando coberturas focadas no Rio Grande do Sul e na cultura local.

²⁸ Disponível em: <https://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/> Acesso em: 05/06/2019
Disponível em: <https://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/> Acesso em: 05/06/2019

²⁹ Disponível em: <https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias> Acesso em: 05/06/2019

Em 2007, entrou ao ar o website da Zero Hora, que apresentava notícias atualizadas 24 horas por dia. Já em 2017, o Grupo RBS lançou o portal de notícias GaúchaZH, convergindo o conteúdo da Rádio Gaúcha e da Zero Hora ao substituir os antigos websites dos dois veículos de comunicação. Atualmente, o jornal marca presença nas redes sociais como Twitter, Instagram, Facebook e Youtube, por meio do nome GaúchaZH. A atual diretora de jornalismo do jornal é Marta Gleich.

4.2 ANÁLISE DE DISCURSO

Com o objetivo de compreender as mudanças de sentidos e a presença de vozes no discurso jornalístico de Zero Hora em casos de feminicídios noticiados nos últimos dez anos, utilizaremos a metodologia da análise de discurso. De acordo com Orlandi (1999), a análise de discurso (AD) não trata da língua ou da gramática, mas sim do discurso, buscando entender o que e como um texto significa, e não o que ele diz. Essa metodologia busca compreender a língua em sua discursividade por meio dos sentidos presentes que se relacionam com o universo simbólico que constituem o homem e sua história. Para Charaudeau (2006, p. 40), o discurso:

Resulta da combinação das circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem este se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois, a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz sentido.

De acordo com Benetti (2007), o que constitui o discurso é a relação entre a linguagem e a exterioridade. “O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve” (BENETTI, 2007, p. 109). Ou seja, para compreendermos o discurso temos que levar em conta sua relação com a história e com os enquadramentos sociais e culturais que atravessam aquele dizer.

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender (ORLANDI, 1999, p. 30).

Ao estudar o jornalismo, o uso do método de análise de discurso é pertinente para duas situações: mapeamento dos sentidos e das vozes. Segundo Benetti (2007, p. 111), “O texto é a parte visível ou material de um processo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário”. Para encontrar esses aspectos externos, buscamos por regularidades presentes no texto que nos possibilitem mapear os sentidos e as vozes que o constituem. No caso desta pesquisa, interessa descobrir principalmente os sentidos que estão presentes no discurso sobre feminicídio nas notícias de Zero Hora sobre os casos selecionados.

Com o objetivo de mapear os sentidos, o analista deve iniciar pelas formações discursivas (FD), identificando-as. De acordo com Benetti (2007), uma FD é composta por uma reunião de significados que constroem e consolidam um sentido nuclear. Esses sentidos nucleares serão mapeados conforme a demanda do problema de pesquisa do analista.

(...) conceitua-se uma formação discursiva como aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito. Essa definição circular amarra a formação discursiva a uma formação ideológica em particular, deduzindo que, daquela formação ideológica particular, não poderia ser construído outro sentido se não aquele (BENETTI, 2007, p. 112).

A partir da identificação das formações discursivas, conforme explica Benetti (2007), o pesquisador deve numerá-las (FD1, FD2, etc.) e nomeá-las de acordo com o sentido principal que a constitui. “O que fazemos é localizar as marcas discursivas do sentido rastreado, ressaltando as que o representam de modo mais significativo” (BENETTI, 2007, p. 113). Após identificar a FD, o analista busca pela formação ideológica que a determina e que é externa ao texto. É importante ressaltar que não deve ser levado em conta apenas o que está presente no texto, mas também o que não está ali. O não-dito produz tantos sentidos quanto o dito. Identificar os sentidos silenciados também faz parte do discurso.

Além de identificar os sentidos, a análise de discurso também identifica vozes presentes em um discurso. De acordo com Benetti (2007), no discurso jornalístico circulam muitas vozes: fontes, jornalista que produz o texto, jornalista-instituição, etc. Por meio da AD, é possível verificar o caráter polifônico ou monofônico de um discurso. O primeiro passo para realizar esse mapeamento é identificar os locutores

– aqueles quem assumem a responsabilidade pelo que foi dito (como o repórter e suas fontes). Depois disso, é possível chegar às perspectivas de enunciação, ou seja, descobrir a partir de qual (ou quais) perspectiva(s) que esse discurso é enunciado. O estudo das vozes de um discurso torna-se muito importante para avaliarmos a pluralidade de representação social presente em textos. Benetti (2007, p 119) atenta-nos para o que caracteriza um discurso monofônico ou polifônico:

(...) Se todas as (...) fontes enunciarem sob a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementado-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador (E1). Se, além disso, o jornalista se posiciona ao lado dessas fontes, então também ele está regido pelo mesmo enunciador (E1). Teríamos, assim, um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por (...) vozes diferentes(...), que na verdade é monofônico, pois é constituído por um único enunciador (E1).

No caso deste estudo, veremos também quais vozes estão presentes no discurso sobre o feminicídio na Zero Hora.

Após compreendermos o processo de mapeamento de vozes e sentidos, torna-se importante ressaltar, conforme salienta Orlandi (1999, p 62), que a AD será aplicada de acordo com os objetivos de cada analista:

Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes.

Por esse motivo, consideramos que, ao analisarmos notícias de cinco casos de feminicídio que tiveram grande repercussão social nos últimos dez anos, estamos buscando não a exaustividade da análise, mas um aprofundamento vertical, como propõe a AD.

Neste capítulo, buscamos apresentar o contexto dos casos de feminicídio a serem analisados no capítulo seguinte, além de entender a análise de discurso enquanto metodologia aplicada ao jornalismo para mapear sentidos e vozes. No próximo capítulo, vamos expor os procedimentos e os resultados da análise de cinco notícias selecionadas do jornal Zero Hora.

5. FEMINICÍDIO NO JORNAL ZERO HORA: AS VOZES E OS SENTIDOS NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Neste capítulo, apresentaremos os procedimentos e o resultado da análise de cinco notícias veiculadas no jornal Zero Hora e na versão digital do periódico, o portal GaúchaZH, sobre os casos apresentados. A partir da análise, mostraremos os sentidos e vozes encontrados nas notícias selecionadas.

5.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Com o objetivo de compreender se houve mudança de sentidos na cobertura sobre o feminicídio nos últimos 10 anos e identificar as vozes no discurso do jornal ZH em casos de feminicídios, selecionamos cinco notícias para análise: uma do Caso Eloá (16/10/2008), uma do Caso Eliza Samudio (02/07/2010), uma do Caso Márcia Carnetti (27/07/2012), uma do Caso Débora (18/07/2018) e uma do Caso Tatiane (08/08/2018). Como critério de seleção, buscamos pelas notícias de maior aprofundamento dos crimes ou mais significativas, levando em conta as particularidades de cada caso, como, por exemplo, o Caso Eloá, que envolveu cárcere privado antes de feminicídio, ou o Caso Eliza Samudio, que envolvia uma pessoa pública.

Após selecionar as cinco notícias (Anexo A, B, C, D e E), iniciamos a análise pelo mapeamento dos sentidos sobre feminicídio. Para isso, começamos pela leitura e seleção das sequências discursivas (SD) mais relevantes para o tema da pesquisa. Entendemos sequências discursivas como trechos do texto recortados para serem utilizados na análise. De acordo com Benetti (2007), não existe uma regra para a escolha das sequências, os parâmetros utilizados ficam a cargo do analista. São selecionados trechos que tenham relação com os objetivos de cada pesquisa. No nosso caso, foram identificadas 30 sequências discursivas (Apêndice A) que tinham relação com esta pesquisa. A partir das SDs, identificamos três eixos de sentidos: Representação da Mulher, Representação do Agressor e Representação do Crime. Os eixos serviram de norte para mapear as formações discursivas (FDs), ou regiões de sentidos, que totalizaram sete.

No eixo Representação da Mulher, identificamos as seguintes formações discursivas: a mulher como culpada e a mulher como vítima. No eixo Representação do Agressor, encontramos as seguintes FDs: o lado humano do agressor, o agressor como culpado, a importância da carreira do agressor. Por fim, no eixo Representação do Crime, identificamos tais formações discursivas: o ciúme como justificativa e o feminicídio como crime. No quadro abaixo, expomos as formações discursivas mapeadas e a quantidade de sequências discursivas (SDs) encontradas em cada FD considerando as cinco notícias selecionadas. É importante ressaltar que uma SD pode pertencer a mais de uma FD, por isso o número de SDs identificadas foram 30, mas o número total de SDs que aparecem na tabela é 39.

Tabela 1

EIXOS	FORMAÇÕES DISCURSIVAS (FDs)	SEQUÊNCIAS DISCURSIVAS (SDs)
Representação da mulher	FD1 – A mulher como culpada	5
	FD2 – A mulher como vítima	5
Representação do agressor	FD3 – O lado humano do agressor	7
	FD4 – O agressor como culpado	7
	FD5 – A importância da carreira do agressor	3
Representação do crime	FD6- O ciúme como justificativa	6
	FD7 – O feminicídio como crime	6
Total	-	39

Até agora nos referimos ao processo de análise dos sentidos. Para analisar as vozes presentes nas cinco notícias selecionadas, começamos mapeando todos os locutores que enunciam nos textos, desde o repórter que escreve a notícia até as fontes. Posteriormente, para viabilizar a análise tendo apenas os textos das próprias notícias para serem examinados, nos concentramos em identificar as fontes consultadas pelo jornal e que estão explícitas nas notícias. De acordo com Lage (2001), chamamos de fontes as instituições ou personagens que testemunham ou participam de acontecimentos de interesse público. Entre essas fontes, podem ter especialistas. Uma das classificações do autor separa as fontes em dois tipos: primárias e secundárias.

Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria: fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contexto ambientais (LAGE, 2001, p. 65-66).

Nesta pesquisa, utilizaremos a classificação de fontes de testemunhas e experts, apresentadas pelo autor. “Experts são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos” (LAGE, 2001, p. 67). No caso de crimes, normalmente os policiais são considerados fontes experts. Advogados também são considerados experts, embora saibamos que, normalmente, eles estão defendendo um dos lados do acontecimento. Já os familiares, amigos ou mesmo pessoas que assistiram ao crime podem ser considerados testemunhas.

Assim, procuramos identificar as vozes/fontes presentes no discurso de ZH a partir do mapeamento das fontes entre testemunhas ou experts. Lage (2001) diz que o testemunho está mais ligado às emoções, e que a perspectiva vai mudar de acordo com a posição da pessoa que testemunhou o fato. Ele explica que a testemunha pode, por exemplo, se identificar com a vítima ou com o agressor em um acontecimento. “De modo geral, o testemunho mais confiável é o mais imediato. Ele se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa” (LAGE, 2001, p. 67). Em relação aos especialistas (ou experts), Lage (2001) sugere que se ouça mais de um, evitando ter sempre um mesmo tipo de interpretação para casos semelhantes.

Após a divisão das fontes entre testemunhas e experts, realizamos também, ao final, um recorte de gênero em cada um dos grupos com o objetivo de descobrir se há mais vozes masculinas ou femininas presentes no discurso sobre feminicídio do jornal ZH. Na tabela abaixo, podemos ver a incidência de cada tipo de fonte nas notícias selecionadas.

Tabela 2

	Experts	Testemunhas
TEXTO 1	0	8
TEXTO 2	1	0
TEXTO 3	3	1
TEXTO 4	3	0
TEXTO 5	0	0
TOTAL	7	9

Cabe destacar que os textos 1, 2 e 5 não têm a assinatura do repórter. Os outros dois, são assinados. Entretanto, não temos acesso aos repórteres ou outros profissionais que participaram da construção do texto. Por isso, focaremos apenas na análise das fontes selecionadas pela publicação. A seguir, apresentaremos a análise dos sentidos e das vozes nas notícias selecionadas.

5.2 ANÁLISE: OS SENTIDOS E AS VOZES NO DISCURSO SOBRE FEMINICÍDIO DA ZH DOS ÚLTIMOS DEZ ANOS

Neste subcapítulo, apresentaremos os resultados da análise das cinco notícias selecionadas. Iniciaremos mostrando os sentidos encontrados pelas formações discursivas nos textos veiculados no jornal Zero Hora. Na sequência, identificaremos quais são as vozes dominantes.

5.2.1 Sentidos

Como mencionamos no começo deste capítulo, encontramos 30 sequências discursivas. A partir de três eixos norteadores (Representação da Mulher,

Representação do Agressor e Representação do Crime), agrupamos as sequências discursivas em sete formações discursivas. Na tabela abaixo, apresentamos os sentidos correspondentes a cada uma das formações discursivas identificadas.

Tabela 3

FDs	Sentidos
FD1 A mulher como culpada	Atitudes ou comportamentos da mulher levaram o agressor a agir de tal forma; a traição da mulher; o afastamento do agressor
FD2 A mulher como Vítima	A mulher frágil, sem chance de defesa, alvo do crime; não responsabilizada pelo crime
FD3 O lado humano do agressor	O homem trabalhador, o bom pai, o bom marido; o homem que tem sentimentos; humanização do agressor
FD4 O agressor como culpado	O homem como o responsável pelo crime; o homem como criminoso
FD5 A importância da carreira	As denúncias prejudicam o agressor em sua vida social; a carreira do agressor em maior destaque
FD6 O ciúme como justificativa	A responsabilidade do agressor pelo crime é secundária; o ciúme levou ao descontrole, ao extremismo;
FD7 O	O feminicídio e a violência associado a crime de gênero; crime

feminicídio como crime	injustificável;
---------------------------	-----------------

No quadro a seguir, demonstramos a incidência de cada uma das formações discursivas nas notícias analisadas.

Tabela 4

	FD1	FD2	FD3	FD4	FD5	FD6	FD7
Texto 1 (Caso Eloá)	3	1	5	0	0	3	0
Texto 2 (Caso Eliza)	0	0	1	0	3	0	0
Texto 3 (Caso Márcia)	2	1	1	1	0	3	2
Texto 4 (Caso Débora)	0	3	0	3	0	0	3
Texto 5 (Caso Tatiane)	0	0	0	3	0	0	1

A partir dessa exposição, comentaremos os sentidos e a incidência das formações discursivas em cada um dos textos, relacionando com o campo teórico apresentado nos capítulos anteriores da pesquisa.

5.2.1.1 TEXTO 1 – Caso Eloá Cristina

Conforme demonstramos na Tabela 4, no Texto 1, que refere-se ao Caso Eloá, encontramos presentes no texto quatro formações discursivas: FD1 – A mulher como culpada; FD2 – A mulher como vítima; FD3 – O lado humano do agressor e FD6- O ciúme como justificativa. A FD3 foi a mais presente ao longo do texto, já a FD2 foi a de menor incidência.

“Perdeu o equilíbrio diante das negativas de Eloá em reatar um namoro terminado há um mês” (SD4, TEXTO 1).

“Eloá decidiu que era definitivo. **Passou a sair mais com o grupo de amigos** da escola onde cursa a 1ª série do Ensino Médio e **a ignorar as chamadas do ex-namorado**” (SD6, TEXTO 1).

As duas SDs apresentadas acima correspondem à FD1. Notamos nas duas sequências a culpabilização de Eloá, como se suas atitudes fossem responsáveis pelo desequilíbrio do ex-namorado e o tivessem levado a cometer o crime. Em contrapartida, encontramos apenas uma SD que corresponde à FD2. Apenas neste recorte, ao longo de todo o texto, percebemos Eloá na posição de vítima.

“Mesmo com o discurso otimista e um eventual desfecho positivo, **o trauma ameaça perdurar para a garota**”(SD10, TEXTO 1).

Além disso, a preponderância da FD3 (o lado humano do agressor) ao longo do Texto 1 demonstra a tentativa de humanização de Lindemberg Alves. É mostrado seu “lado bom”, como um rapaz igual a qualquer outro, que ajuda a família e joga futebol nos sábados. Notamos nesse movimento de humanização do agressor a presença de um dos valores-notícias de construção, segundo a definição de Traquina (2002): a personalização. Quando mais personalizado for um acontecimento, maior a chance de a notícia ser notada.

Por personalizar, entendemos como valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa. A personalização da notícia permite ao jornalista comunicar a um nível que um vasto público composto por não profissionais é capaz de entender. Inúmeros estudos sobre o discurso jornalístico apontam a importância da personalização como estratégia para agarrar o leitor, pois as pessoas interessam-se por outras pessoas (TRAQUINA, 2002, p. 199).

Como podemos conferir nas sequências discursivas abaixo, a personalização se fez presente na construção da notícia. Entretanto, essa personalização era preponderantemente do agressor e não da vítima:

“Liso, como é conhecido, é definido por parentes e amigos como **“um rapaz trabalhador”, um tipo normal que batia bola aos sábados** na quadra da escola próxima da casa”(SD3, TEXTO 1).

“Funcionário de uma empresa de cargas e descargas, **Alves complementava o salário – cerca de R\$ 600, segundo amigos – trabalhando como entregador numa pizzaria das redondezas**. Caçula de quatro filhos – todos de pais diferentes –, **Alves mostrava se “sempre preocupado”**”(SD5, TEXTO 1).

“Ontem, já em meio a um dos maiores cercos da história da Polícia Militar paulista, **era ele quem estava em pranto**, segundo os negociadores” (SD8, TEXTO 1).

A última formação discursiva que identificamos foi a FD6 (o ciúme como justificativa). Vemos o ciúme presente em diversas partes do texto, justificando as ações de Lindemberg. O agressor aparece como coadjuvante do crime, sua responsabilidade é secundária. Seus sentimentos são retratados como o centro que guia suas ações.

“O ciúme está por trás da decisão do auxiliar de produção **de invadir o apartamento** de um conjunto habitacional de Santo André **e fazer reféns, além da ex-namorada Eloá Cristina Pimentel**, 15 anos, uma amiga e dois colegas” (SD1, TEXTO 1).

“Foi esse sentimento que levou a garota a terminar o namoro **e atordoar o jovem**”(SD2, TEXTO 1).

Relacionando as quatro formações discursivas que identificamos no Texto 1, os sentidos presentes na narrativa constroem Eloá como culpada, mesmo que fosse ela que estivesse sendo mantida em cárcere, e Lindemberg como um bom homem, um trabalhador que está passando por um momento de desequilíbrio em função do ciúme. Quando o agressor é descrito como um “tipo normal” notamos uma tentativa de aproximar Lindemberg do leitor, provocando identificação, como se qualquer um de nós pudesse passar por aquilo também. Ele poderia ser o seu irmão, o seu primo, o seu pai, cegos pelo ciúme. Ao mesmo tempo, é mostrado que Eloá o ignorava e saía com amigos após o fim do namoro, colocando o seu comportamento como um fator para as ações do ex-namorado.

Conforme explica Stuart Hall (1999), no processo de produção de notícias, na transformação de um acontecimento conflituoso, que foge da normalidade, em algo inteligível para o público, os *media* influenciam a forma como compreenderemos tais acontecimentos. “Os *media* desempenham um papel de ligação e de mediação crítica na formação da opinião pública” (HALL, 1999, p. 234). Além disso, o autor também pontua que, se tratando de crimes, qualquer reinterpretação do acontecimento é muito limitada, porque está menos aberta às definições concorrentes e alternativas do que a maior parte dos assuntos públicos.

Quando a mulher é representada como culpada e o agressor tem sua responsabilidade amenizada e seu lado humano mostrado, isso influencia na forma como a sociedade enxerga esses crimes e a relação entre homem e mulher. A notícia endossa a ideia de “crime passional”, termo ainda muito presente em 2010, época do crime. Essas representações reforçam ideias e narrativas já presentes na sociedade: a mulher como responsável pelo descontrole do homem, a mulher que não valoriza um “homem bom”, o ciúme como um ato de amor, como justificativa.

Devemos levar em conta que o texto selecionado foi publicado antes da morte de Eloá e que os valores hegemônicos da sociedade eram outros em 2010. Afinal, como explica Traquina (2004), os mapas de significados acionados no momento de produção das notícias refletem e incorporam os valores e conhecimentos comuns da sociedade.

5.2.1.2 TEXTO 2 – Caso Eliza Samudio

Conforme demonstramos na Tabela 4, podem ser identificadas duas formações discursivas no Texto 2: FD3 – O lado humano do agressor e FD5 – A importância da carreira. Em relação à FD3, podemos notá-la na fala do advogado de Bruno, presente na notícia. Mais uma vez, identificamos a exposição do “outro lado do agressor”, numa tentativa de mostrar o quanto ele também está sofrendo com o ocorrido, o quanto o acontecimento está afetando sua vida pessoal e profissional.

“Bruno está sendo **prejudicado com as investigações**, pois **não pode treinar e não se arrisca sequer a andar na rua**” (SD13, TEXTO 2).

A inserção da fala do advogado na notícia cumpre o pressuposto da objetividade compartilhado pela comunidade jornalística ao supostamente ouvir os dois lados da história. No entanto, existe um falso equilíbrio, afinal não se trata de algo para ser contra ou favor, o acontecimento envolve um assassinato, um feminicídio. É uma situação em que a premissa de ouvir os dois lados não se justifica. Pelo menos não da forma como a notícia é apresentada.

Os jornalistas acreditam que podem mitigar pressões contínuas como sejam os prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões antecipadas dos superiores, com a argumentação de que seu trabalho é “objetivo” porque foram seguidos procedimentos identificados com a objetividade (TRAQUINA, 2005, p. 139).

Fabiana Moraes (2015), ao propor um jornalismo de subjetividade, fala da utopia da imparcialidade.

Para isso, para dar conta desse pressuposto do jornalismo – informar e contribuir com o combate a preconceitos – é necessária a realização de uma ação vital: desmontar o acontecimento, promover a desnaturalização do fato. Essa realidade, contraditoriamente, choca-se com a própria prática cotidiana e as rotinas de produção, nas quais a pressa e o imediatismo sustentam a banalização do mundo (MORAES, 2015, p. 167).

A formação discursiva com maior incidência no Texto 2 foi a FD5 (A importância da carreira). Identificamos que foi dada maior importância ao fato de o goleiro estar afastado do time principal do que ele estar sendo acusado de envolvimento na morte da ex-namorada. As consequências das acusações e investigações para a carreira e para o futebol ganham mais relevância do que a própria acusação.

“Bruno treina com os juniores do Flamengo, mas **segue afastado do grupo principal**” (SD11, TEXTO 2).

“O goleiro Bruno **continua afastado do time principal do Flamengo**”(SD12, TEXTO 2).

É interessante notar que não identificamos formações discursivas nos eixos Representação da Mulher e Representação do Crime, apenas no eixo Representação do Agressor. Como na notícia que selecionamos, pudemos perceber empiricamente que a maioria das matérias veiculadas sobre o Caso Eliza Samudio tinham como foco principal o goleiro Bruno. Tanto que, ao buscar pelo caso, ele era normalmente intitulado como “Caso Bruno” ou “Caso goleiro Bruno”. Embora ele ainda não tivesse sido preso pelo crime, o sentido presente na notícia analisada é de que a carreira de Bruno era mais importante do que a morte de Eliza.

Devemos levar em conta que um dos valores notícia de seleção, de acordo com Traquina (2002), é a notoriedade. Traquina (2002, p.188) afirma que “o nome e a posição da pessoa são importantes como fator de noticiabilidade”. A compreensão desse valor notícia supostamente justifica a centralidade de Bruno no Caso Eliza Samudio, porém não a torna menos problemática e não justifica a forma como o acontecimento é noticiado.

5.2.1.3 TEXTO 3 – Caso Márcia Carnetti

Conforme demonstramos na Tabela 4, o Texto 3 possui SDs em seis formações discursivas: FD1 – A mulher como culpada; FD2 – A mulher como vítima; FD3 – O lado humano do agressor; FD4 – O agressor como culpado; FD6– O ciúme como justificativa e FD7 – O feminicídio como crime. Em relação à FD1, vemos a inserção da suspeita do marido de que a esposa o traía como uma forma de culpabilização da mulher. Afinal, ainda é muito comum em nossa sociedade que se justifique a violência contra mulher quando há traição envolvida.

“O marido suspeitava que a mulher estava o traindo. A morte da criança, ele justifica, foi para o menino não sofrer” (SD16, TEXTO 3).

“O marido teria conseguido acessar os e-mails de Márcia e encontrado mensagens que poderiam indicar uma traição” (SD19, TEXTO 3).

Em contrapartida, conseguimos identificar Márcia sendo representada como vítima e o agressor como culpado em apenas uma SD, que foi incluída na FD2 e na FD4:

“Ele foi autuado por duplo homicídio duplamente qualificado pelo motivo fútil (ciúme) e também por não haver chance de defesa das vítimas”(SD18, TEXTO 3).

Em relação ao eixo Representação do Crime, encontramos uma incidência maior da FD6 (o ciúme como justificativa), embora a FD7 (o feminicídio como crime) também estivesse presente no texto. A seguir, as duas primeiras SDs se referem à FD6, e a última à FD7.

“Ciúme teria motivado morte de mãe e filho” (SD14, TEXTO 3).

“O ciúme teria levado o bioquímico Ênio Luiz Carnetti, 46 anos, a pôr fim à família e depois tentar o suicídio” (SD15, TEXTO 3).

“Testemunharam o horror” (SD17, TEXTO 3).

Identificamos ainda, assim como nos dois textos apresentados anteriormente, mais uma tentativa de expor o lado humano do agressor (FD3).

“Eu nunca imaginei, porque **ele era um bom pai**. E, para mim, a **minha irmã nunca se queixou dele**” (SD20, TEXTO 3).

É possível notar uma distribuição mais equilibrada de FDs em relação ao Texto 1, referente ao Caso Eloá. Embora possamos identificar avanços nos três eixos de representação se compararmos com o Caso Eloá, ainda estão presentes sentidos muito problemáticos, como a traição e o ciúme como forma de culpar a mulher e justificar o crime, respectivamente. De 2008 a 2012, notamos poucos avanços em relação a essas representações. De acordo com Traquina (2002, p. 200), um dos valores-notícia de construção é a consonância:

“A lógica é a seguinte: quanto mais a notícia insere o acontecimento numa narrativa já estabelecida, mais possibilidade a notícia tem de ser notada. Significa isto que a notícia deve ser interpretada num contexto conhecido, pois corresponde às expectativas do receptor.”

Estes discursos produzidos pela mídia, por menor que seja a incidência deles, têm impacto não só na forma como entendemos o mundo, mas também na forma como nos relacionamos e vivemos. A repetição de fatos semelhantes faz com que o público já crie expectativas em relação a eles. Como salienta Fischer (2002), os espaços da mídia, assim como a escola, a família, etc., também constituem lugares de formação. De acordo com Veiga (2010), a participação da mídia na produção de sentidos e valores se relaciona com a forma como são produzidas as diferenças e as desigualdades. Desse modo, encontrar repetidamente o ciúme e a traição como sentidos centrais em uma notícia sobre feminicídio reforça o machismo e a misoginia que ainda fazem parte do imaginário coletivo.

5.2.1.4 TEXTO 4 – Caso Débora Forcolén

Conforme demonstramos na Tabela 4, o Texto 4 se enquadra em três formações discursivas: FD2 – A mulher como vítima; FD4 – O agressor como culpado e FD7 – O feminicídio como crime. Em relação à FD2, percebemos no texto sentidos que colocam a mulher na posição de vítima, sem tentativa de justificar o crime pelas suas condutas. Pelo contrário, ainda é enfatizado que ela vivia um relacionamento abusivo.

“Há farta **prova do inferno que vivia Débora por causa de seu namorado**”(SD24, TEXTO 4).

"A vítima "era **constantemente vigiada pelo companheiro ciumento, ameaçada, agredida e constrangida** a seguir no relacionamento" (SD25, TEXTO 4).

Além da representação de Débora como vítima, notamos uma predominância de sentidos que colocam o agressor como culpado, presentes na FD4. O namorado da vítima é responsabilizado pelos crimes, então suas emoções, sua relação com familiares, quem ele era na vida pessoal, entre outros, não ganham espaço na narrativa. A própria questão do ciúme é tratada de uma forma diferente. Ao chamá-lo de "namorado ciumento", a notícia traz um sentido mais negativo para esse comportamento, associando-o com o fato de o namorado ameaçar, agredir e constranger a vítima. Diferente do que percebemos nos textos analisados anteriormente, o agressor é colocado como o único responsável por suas ações, independentemente de qualquer comportamento da vítima.

"Empresário vira réu por feminicídio"(SD21, TEXTO 4).

"Manter-se pessoa solta que **pratica tal sequência de conduta contra a companheira** e que ainda arquiteta versão mentirosa para a execução da pobre vítima, é **estimular mais criminalidade e sinalizar para a sociedade que o crime compensa e as pessoas não podem crer nas instituições**" (SD26, TEXTO 4).

No eixo Representação do Crime, identificamos a FD7 (o feminicídio como crime). Os sentidos presentes em torno do feminicídio nos levam a compreendê-lo enquanto crime de gênero, relacionado à violência contra a mulher. No Brasil, o feminicídio está estritamente relacionado com a violência doméstica, sendo os agressores na maior parte dos casos parceiros da vítima. Incorporar no discurso jornalístico essa contextualização acerca da relação entre o feminicídio, a violência doméstica e os relacionamentos abusivos é muito importante para desconstruir a noção de crime passional. Feminicídios não têm relação com amor em excesso, são crimes. Além disso, notamos a construção do feminicídio enquanto crime injustificável. Os sentimentos do agressor, como ciúmes, por exemplo, ou as atitudes da vítima, como a traição, ignorar o agressor, não justificam a ocorrência do feminicídio.

"O crime foi cometido por motivo torpe, já que ele supostamente não aceitava o fim do relacionamento" (SD22, TEXTO 4).

"Bueno agiu com recurso que dificultou a defesa da vítima e que cometeu feminicídio, crime praticado por violência de gênero" (SD23, TEXTO 4).

Relacionando todos os sentidos encontrados no Texto 4, observamos uma discrepância considerável em comparação aos outros três textos analisados anteriormente. É interessante pontuar que, dentre as notícias analisadas, o Texto 4 foi o primeiro em que a palavra feminicídio foi utilizada. Devemos considerar também que os textos 1, 2 e 3 foram publicados antes da promulgação da Lei nº 2.848/40, de 2015, que inclui o feminicídio como modalidade de homicídio qualificado.

Além da inserção da palavra, verificamos que os sentidos em torno da vítima, do agressor e do crime são muito diferentes se comparados aos textos 1, 2 e 3. A promulgação da lei foi apenas uma das mudanças que aconteceram. Como vimos anteriormente, a internet foi uma das impulsionadoras do crescimento do feminismo. Mesmo que o machismo e a misoginia ainda estejam presentes, como percebemos pelos altos índices de violência contra mulher apresentados, sentidos como a mulher sendo culpabilizada pela sua morte, o ciúme como justificativa e o agressor humanizado não ganharam espaço nessa notícia.

Conforme observa Hall (1993), as notícias são elaboradas com base no que se supõe que o público sabe e pensa sobre a sociedade. Para que o acontecimento faça sentido, segundo Charaudeau (2006), é necessário integrá-lo ao sistema cultural vigente, trazendo um universo de significação comum. Seguindo essa linha, o início das mudanças nos valores hegemônicos da sociedade começaram a provocar diferenças nos discursos jornalísticos sobre feminicídio.

5.2.1.5 TEXTO 5 – Caso Tatiane Spitzner

Conforme demonstramos na Tabela 4, o Texto 5 possui SDs em duas formações discursivas: FD4 – O agressor como culpado e FD7 – O feminicídio como crime. A FD4 é a mais visível no texto.

“Marido é denunciado por matar advogada” (SD28, TEXTO 5).

“As cenas, captadas por câmeras de segurança de ruas e do prédio onde o casal morava, mostram **série de agressões praticadas por Manvailer**”. (SD30, TEXTO 5)

Assim como no Texto 4, observamos a construção dos sentidos do texto em torno da ideia do agressor como culpado. Suas ações estão no centro da narrativa, sem que elas sejam justificadas ou postas em perspectiva. Em relação ao eixo Representação do Crime, foi identificada a FD7.

“Encaminhada à Justiça, a ação penal por homicídio tem quatro qualificadoras – **meio cruel, dificultar defesa da vítima, motivo torpe, feminicídio**”. (SD29, TEXTO 5)

Novamente encontramos, além do uso da palavra feminicídio, o sentido de crime fortemente presente na narrativa. Relacionando as duas FDs do texto, verificamos a ausência de sentidos anteriormente tão presentes nos textos 1, 2 e 3, como o ciúme como justificativa e o lado humano do agressor. Na notícia, o feminicídio é compreendido enquanto crime no qual a única responsabilidade sobre o ocorrido é do agressor. Percebemos a ausência de FDs que representassem diretamente a mulher como vítima. No entanto, ao colocar o agressor na posição de culpado e passar a ideia de feminicídio, podemos concluir que, mesmo sem nenhuma sequência discursiva mapeada, a mulher estava em uma posição de vítima na narrativa.

Além da notícia sobre o caso, notamos a presença de um texto de opinião da jornalista Cláudia Laitano sobre o acontecimento na mesma página. O texto da jornalista não entrou para a contagem da análise devido ao seu caráter opinativo, mas acreditamos ser indispensável pontuar sua inserção, pois estava em sequência da notícia, de modo que o leitor pudesse ser guiado até a coluna. Trechos como “covardia do agressor”, “homens covardes devem ser punidos com todo o rigor”, “não há paixão nesses ataques, há sadismo, e por isso deveríamos abolir o termo “crime passional” e “essas imagens terríveis obrigaram os brasileiros a parar para refletir sobre violência doméstica” nos chamaram a atenção por reforçarem os sentidos presentes no texto noticioso de feminicídio enquanto crime e do agressor como culpado e criminoso.

5.2.2 Considerações preliminares sobre os sentidos

Comparando as cinco notícias selecionadas para esta pesquisa, podemos afirmar que houve uma mudança nos sentidos do discurso do jornal Zero Hora em torno do tema feminicídio nos últimos 10 anos. Nos textos 1, 2 e 3, verificamos o machismo e a misoginia da sociedade se articulando junto às notícias por meio dos sentidos predominantes nas representações da vítima, do agressor e do crime. Em contrapartida, nos textos 4 e 5, notamos avanços com relação aos três eixos de análise. Nesses textos, a mulher não é mais culpabilizada, suas ações, sua conduta e seu passado não são colocados como forma de justificar o crime ou dar razão para o agressor, do mesmo modo que os sentimentos e razões do agressor não ganham espaço. A violência contra a mulher e o feminicídio passam a ser intoleráveis, quaisquer sejam as circunstâncias.

Essa mudança no discurso jornalístico está estritamente relacionada com mudanças na sociedade e no próprio jornalismo. De acordo com Franciscato (2005, p.4):

O jornalismo não apenas produz relatos sobre eventos, mas sua inserção social faz com que ele esteja imerso no processo de construção da experiência social do presente. Sua produção institucional de conteúdos de atualidade oferece à sociedade formas específicas pelas quais indivíduo e sociedade produzem a sua vivência social do momento presente, tornando-se, muitas vezes, uma das condições necessárias para esta vivência se realizar em certas relações sociais.

Para que possamos perceber essa mudança, agrupamos as FDs identificadas em dois grandes grupos de sentidos que chamaremos de FDA e FDB. A FDA representa o sentido da mulher como culpada e o homem humanizado e engloba as FDs 1, 3, 5 e 6. A FDB representa o sentido da mulher como vítima e o homem como culpado e engloba as FDs 2, 4 e 7. No gráfico abaixo, podemos comparar a incidência de SDs nessas duas grandes FDs nas diferentes notícias e perceber essa transformação do discurso.

Tabela 5

	SDs na FDA Mulher como culpada e Homem humanizado	SDs na FDB Mulher como vítima e Homem como culpado
Texto 1	9	1

Texto 2	3	0
Texto 3	5	2
Texto 4	0	7
Texto 5	0	3

Como pode ser percebido, apesar do machismo ainda presente na sociedade atual, pelo menos nestas notícias que foram analisadas, houve uma modificação dos sentidos apresentados.

5.2.3 Vozes

Quando pensamos nas vozes presentes em um discurso jornalístico, temos que levar em conta que antes dos locutores explícitos, como as fontes e o repórter que produz a matéria, existe a voz do jornal, no caso desta pesquisa, Zero Hora enquanto linha editorial.

Como mencionado no capítulo 4, o periódico se caracteriza por priorizar coberturas no Rio Grande do Sul e da cultura local. Observamos essa marca da linha editorial do ZH ao perceber um maior aprofundamento nos casos de feminicídio que aconteceram em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Ou seja, a voz editorial está presente em todas as matérias, mesmo que implicitamente. No entanto, neste estudo, somente as vozes das fontes serão consideradas, por serem mais acessíveis na análise dos textos.

Considerando a classificação de fontes em experts e testemunhas, que explicamos anteriormente neste capítulo, no Texto 1, encontramos apenas fontes testemunhas. Foram ouvidas duas amigas de Elóa, amigos e irmã de Lindemberg, os pais de Nayara, além de Elóa e Lindemberg. No caso dos dois últimos, foram utilizadas as falas dadas ao vivo em um programa de TV. Percebemos a primeira amiga de Eloá posicionada ao seu favor, mencionando o comportamento ciumento do ex-namorado: “Ele não se conformava. Brigava por causa do Orkut, das mensagens de celular, dos amigos que se aproximaram novamente”, afirmou ela. A

segunda parece estar dividida, ressaltando que a separação teria feito com que Elóia e Lindemberg sofressem de diferentes formas: “Isso foi o que mais doeu nele. Ela chorava na aula e dizia que não sabia o que ele podia fazer”, disse.

Já os amigos de Lindemberg são inseridos claramente para defendê-lo, enfatizando o quanto ele era trabalhador e bom para sua família: “Funcionário de uma empresa de cargas e descargas, Alves complementava o salário – cerca de R\$ 600, segundo amigos – trabalhando como entregador numa pizzaria das redondezas”. A fala da irmã de Lindemberg é colocada como testemunho do sofrimento da família do agressor frente à situação: “Se pudesse, falaria para ele se entregar. Nós (*a mãe e as duas irmãs*) estamos sofrendo muito”. Os pais de Nayara comentam o estado da filha após ser libertada, destacando que ela só ficaria calma após o fim do sequestro.

A voz de Lindemberg surge afirmando que tem medo da polícia e que pretende libertar a ex-namorada: “Vou deixar nas mãos dela (*as armas*). Na melhor hora, eu vou fazer isso. É difícil ter confiança da polícia, acreditar na polícia”, afirma ele. A fala de Eloá segue a mesma linha, a menina também crê que será libertada e ressalta que está tudo bem: “Vai dar tudo certo. Estou bem, ele está me tratando bem. Está todo mundo calmo, agora a situação está sob controle. Ele ‘tá’ cheio de bala, então qualquer decisão precipitada vai me prejudicar. Minha vida está nas mãos dos policiais. Na melhor hora, ele vai me libertar”;

Analisando as falas de todas testemunhas, notamos que, embora algumas se identifiquem mais com Eloá, a maioria se compadece mais com Lindemberg do que com a adolescente. Além disso, as falas constroem a ideia de um “crime passional” de maneira muito forte. Lindemberg é entendido como um bom rapaz cujo ciúme subiu à cabeça. A gravidade da situação acaba não sendo exposta e cria a ideia de que tudo terminará bem, principalmente nas falas de Lindemberg e Eloá.

No Texto 2, sobre o caso de Eliza Samúdio, encontramos apenas uma fonte expert. A fala do advogado de Bruno entra em defesa do goleiro ao afirmar que as investigações estão prejudicando seus treinos e sua vida pessoal. A citação vai ao

encontro dos sentidos predominantes do texto, como mencionamos anteriormente, reforçando a ideia de que o desfalque do goleiro no futebol é mais importante do que a morte de uma mulher.

No Texto 3, identificamos uma fonte testemunha e três fontes experts. A única testemunha é o irmão da vítima, que relata surpresa sobre as ações do agressor: “Estou perplexo. Eu nunca imaginei, porque ele era um bom pai. E, para mim, a minha irmã nunca se queixou dele”. As fontes experts são um delegado, uma delegada e o responsável pelo inquérito. O delegado traz detalhes sobre a motivação do crime, falando sobre a suspeita de traição e sobre prisão preventiva. Já a delegada aprofunda o modo como o crime ocorreu. O responsável pelo inquérito explica como as autoridades chegaram até a mãe e o filho mortos. Notamos a testemunha e o delegado, ao citar a suspeita de traição, em uma posição a favor do agressor. Já em relação aos outros experts, notamos uma posição de neutralidade, explicando como os fatos relacionados ao crime se sucederam, sem posicionamentos claros.

No Texto 4, três fontes experts foram ouvidas: um promotor e duas advogadas. O promotor se identifica nitidamente com a vítima, destacando em mais de uma fala o horror vivido por Débora e a importância da punição do agressor: "Manter-se pessoa solta que pratica tal sequência de conduta contra a companheira e que ainda arquiteta versão mentirosa para a execução da pobre vítima, é estimular mais criminalidade e sinalizar para a sociedade que o crime compensa e as pessoas não podem crer nas instituições". Já as advogadas do agressor argumentam desatenção da acusação em relação aos elementos e às provas do caso. Por mais que a fala das advogadas seja inserida na narrativa, elas não se sustentam frente às falas do promotor e os sentidos presentes no restante do texto da notícia, principalmente em relação à violência que a vítima já vinha sofrendo antes de ser morta. No Texto 5, nenhuma fonte foi ouvida.

Na soma de todas as fontes testemunhas e experts, verificamos um número maior de testemunhas. No entanto, das nove testemunhas ouvidas, oito são apenas no Texto 1, do caso Eloá, como mostramos na Tabela 2. Chama a atenção essa forte presença de testemunhas na notícia mais antiga. Como diz Lage (2001), a fala

da fonte testemunha está mais ligada às emoções e muda de acordo com a posição que a pessoa ocupa em relação ao fato. Isso torna a notícia que ocorreu há mais de 10 anos como aquela que mais explorou falas emotivas, ligadas aos sentimentos. As demais notícias não exploram tanto as falas ligadas à emoção.

No entanto, não conseguimos identificar um padrão claro de uso de fontes testemunhas e experts, devido às irregularidades das incidências em cada uma das notícias. Podemos, porém, afirmar que nos textos 1, 2 e 3 as fontes, sejam testemunhas ou experts, se identificam, em sua maioria, com o agressor. Enquanto, no Texto 4, por mais que as advogadas venham na defesa do agressor, o discurso do promotor, enquanto fonte, prevalece sobre a narrativa. Também chama a atenção o fato de que no Texto 5 não apareça explicitamente nenhuma fonte.

Para compararmos a presença de vozes femininas e masculinas nas notícias sobre feminicídio, bem como para classificarmos essas vozes em sua totalidade (fontes testemunhas ou fontes experts), elaboramos a tabela abaixo:

Tabela 4

	Mulheres	Homens
Fontes testemunhas	5	4
Fontes experts	3	4
Total	8	8

Nas notícias analisadas, encontramos, portanto, um número igual de mulheres e homens ouvidos. Observamos um número maior de mulheres testemunhas do que experts. Em contrapartida, o número de homens nas duas classificações foi equilibrado. Comparando o número de mulheres como fontes testemunha, notamos uma leve discrepância para cima em relação ao número de homens. Em relação ao número de fontes experts, verificamos a lógica inversa: há um maior número de homens do que de mulheres ouvidas. Embora as diferenças

sejam sutis, elas nos permitem afirmar que há uma pequena preferência por homens na posição de experts e por mulheres como testemunhas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa propusemos uma reflexão sobre um grave problema presente na atualidade brasileira: o feminicídio. Discutimos, especificamente, a forma como o feminicídio vem sendo abordado, nos últimos dez anos, no jornalismo, representado pelo jornal Zero Hora. Para debater em torno da temática, foi necessário percorrer um caminho teórico que embasasse tal proposta. No segundo capítulo, apresentamos os avanços na legislação brasileira em relação aos direitos e a proteção da mulher. Além disso, apresentamos diversos índices e pesquisas relacionadas à desigualdade de gênero e à violência contra mulher, aprofundando a discussão sobre construção social dos papéis de gênero.

A partir do capítulo três, começamos a debater diretamente sobre jornalismo e feminicídio, seguindo as linhas da Teoria Construcionista, na tentativa de explicar por que o feminicídio é notícia e qual a importância da dimensão cultural do jornalismo. No quarto capítulo, apresentamos o jornal Zero Hora e os cinco casos de feminicídio escolhidos para esta pesquisa. Além disso, expusemos a metodologia utilizada, a análise de discurso. Por fim, no quinto capítulo, após demonstrarmos os procedimentos metodológicos, expusemos os sentidos e vozes relacionados às ideias anteriormente discutidas no trabalho.

Procuramos escolher notícias de cinco casos que ficaram marcados na memória dos brasileiros, começando pelo caso Eloá Cristina, que ocorreu em 2008. Na época, como apresentado anteriormente, esse acontecimento foi bastante criticado em relação à forma como a imprensa o divulgou, inclusive interferindo diretamente em seu desfecho. Por isso achamos importante verificar se em casos posteriores havia ocorrido uma mudança em relação à maneira como o jornalismo se posicionou.

Com base nos resultados da análise, descobrimos quais eram os sentidos e as vozes presentes no discurso sobre feminicídio do jornal Zero Hora. Em relação aos sentidos, como apresentamos anteriormente, identificamos os seguintes sentidos, distribuídos em três eixos Representação da Mulher (E1), Representação

do Agressor (E2) e Representação do Crime (E3). Em E1, identificamos as seguintes FDs: a mulher como culpada e a mulher como vítima. Em E2, identificamos as seguintes FDs: o lado humano do agressor, o agressor como culpado, a importância da carreira. Finalmente, em E3, identificamos as seguintes FDs: o ciúme como justificativa e o feminicídio como crime.

Notamos a prevalência dos sentidos a mulher como culpada, o lado humano do agressor, a importância da carreira e o ciúme como justificativa nas notícias de 2008, 2010 e 2012. Enquanto nas notícias de 2018, prevaleceram os sentidos de a mulher como vítima, o agressor como culpado, o feminicídio como crime. Ao final, englobamos as sete FDs identificadas em duas outras maiores. A FDA (Mulher como culpada e homem humanizado) e a FDB (Mulher como vítima e homem como culpado). A partir dos resultados, podemos avaliar que houve mudanças nos sentidos do feminicídio no discurso do jornal ZH. Além disso, podemos dizer que o jornalismo, enquanto produto do seu tempo e sociedade em que se insere, acompanhou os avanços ocorridos na última década em direção a uma representação menos machista, sexista e misógina.

Em relação às vozes, identificamos um maior número de fontes testemunhas do que fontes experts, porém não conseguimos identificar um padrão claro de uso de fontes testemunhas e experts devido às irregularidades das incidências em cada uma das notícias. Entretanto, observamos que nos textos 1, 2 e 3, respectivamente de 2008, 2010 e 2012, há uma identificação maior das fontes com o agressor. Enquanto, no Texto 4, de 2018, prevalece um discurso das fontes de defesa da vítima. Podemos avaliar, assim como identificamos nos sentidos, que houve também uma mudança nas vozes presentes nas referidas notícias. Embora os repórteres não tenham poder sobre as palavras das fontes, cabe a eles inserir determinadas falas e determinar qual o espaço que elas terão dentro da matéria. Os jornalistas não podem esconder sua responsabilidade pelo que está sendo dito atrás das fontes e dos ideais de objetividade compartilhados pela profissão.

Os resultados desta pesquisa são um recorte, porém nos permitem afirmar que o jornalismo avançou em relação a forma como representa as mulheres vítimas

de feminicídio, assim como nos sentidos que atribui ao agressor e ao crime. Percebemos também uma inclinação nas notícias mais atuais para fontes que se identifiquem com a vítima, o que também é um ponto positivo. Ao ler as primeiras notícias, especialmente as de 2008, 2010 e 2012, foi aterrorizante pensar que, mesmo a vítima tendo sido morta, ainda se buscava uma forma de justificar o crime, culpar a mulher, ou pior, amenizar a responsabilidade do agressor. Embora sejam sentidos encontrados em notícias antigas, sabemos que muitos deles ainda circulam no imaginário coletivo. A desconstrução desses sentidos e a inserção de novos sentidos pelo jornalismo são muito necessárias. Afinal, o jornalismo influencia muito na forma como compreendemos e vivemos em sociedade, ocupando um espaço importante como lugar de formação social.

Na graduação, no mercado de trabalho e na própria posição de leitor, nos deparamos com situações de descrença no jornalismo ao observamos preconceitos e estereótipos em muitas narrativas de diversos veículos de comunicação tanto no passado quanto na atualidade. Encontrar nesta pesquisa avanços com relação à cobertura de femincídios renovou, pessoalmente, nossas crenças no poder social do jornalismo para diminuição de desigualdades e para obtenção de uma sociedade mais igualitária.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ARAUJO, Maria de Fátima. **Gênero e violência contra a mulher: o perigoso jogo de poder e dominação**. *Psicol. Am. Lat.*, México, n. 14, out. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2008000300012&lng=pt&nrm=iso. acessos em 23 jun. 2019.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Claudia e BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo, SP: Discurso, 2006.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV**. In: Educação e pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 1, 2002.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **O jornalismo e reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais**. In: XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, UERJ. São Paulo: Intercom, 2005.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve História do Feminismo**. São Paulo: Claridade, 2015.

HALL, Stuart et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de joicy: transexualidade, jornalismo e os limites entre repórter e personagem**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2015.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política**. *Psicol. estud.*, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, Dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 junho 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

SÁ, Ana Paula Suitsu de. **A questão da igualdade de gênero nas constituições brasileiras**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n. 166, nov 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19775&revista_caderno=9>. Acesso em jun 2019.

SAFFIOTI, Heleieth IB. **Gênero, violência e patriarcado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. V. 1. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002

VEIGA, Márcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia. Porto Alegre, UFRGS, 2010.

APÊNDICE A

Sequência Discursiva	FDs	Texto
O ciúme está por trás da decisão do auxiliar de produção de invadir o apartamento de um conjunto habitacional de Santo André e fazer reféns, além da ex-namorada Eloá Cristina Pimentel, 15 anos, uma amiga e dois colegas. (SD1)	FD6- o ciúme como justificativa	1
Foi esse sentimento que levou a garota a terminar o namoro e atordoar o jovem. (SD2)	FD6- o ciúme como justificativa FD1 – a mulher como culpada	1
Liso, como é conhecido, é definido por parentes e amigos como “um rapaz trabalhador”, um tipo normal que batia bola aos sábados na quadra da escola próxima da casa. (SD3)	FD3 – o lado humano do agressor	1
Perdeu o equilíbrio diante das negativas de Eloá em reatar um namoro terminado há um mês. (SD4)	FD1 – a mulher como culpada FD6- o ciúme como justificativa	1
Funcionário de uma empresa de cargas e descargas, Alves complementava o salário – cerca de R\$ 600, segundo amigos – trabalhando como	FD3 – o lado humano do agressor	1

entregador numa pizzeria das redondezas. Caçula de quatro filhos – todos de pais diferentes –, Alves mostrava se “sempre preocupado”. (SD5)		
Eloá decidiu que era definitivo. Passou a sair mais com o grupo de amigos da escola onde cursa a 1ª série do Ensino Médio e a ignorar as chamadas do ex-namorado. (SD6)	FD1 – a mulher como culpada	1
Isso foi o que mais doeu nele. (SD7)	FD3 – o lado humano do agressor	1
Ontem, já em meio a um dos maiores cercos da história da Polícia Militar paulista, era ele quem estava em pranto, segundo os negociadores. (SD8)	FD3 – o lado humano do agressor	1
Alves chorava e dizia-se arrependido. A irmã dele implorava por socorro. (SD9)	FD3 – o lado humano do agressor	1
Mesmo com o discurso otimista e um eventual desfecho positivo, o trauma ameaça perdurar para a garota. (SD10)	FD2 – A mulher como vítima	1
Bruno treina com os juniores do Flamengo, mas segue afastado do grupo principal. (SD11)	FD5 – a importância da carreira	2

O goleiro Bruno continua afastado do time principal do Flamengo. (SD12)	FD5 – a importância da carreira	2
Bruno está sendo prejudicado com as investigações, pois não pode treinar e não se arrisca sequer a andar na rua. (SD13)	FD5 – a importância da carreira FD3 – o lado humano do agressor	2
Ciúme teria motivado morte de mãe e filho. (SD14)	FD6- o ciúme como justificativa	3
O ciúme teria levado o bioquímico Ênio Luiz Carnetti, 46 anos, a pôr fim à família e depois tentar o suicídio. (SD15)	FD6- o ciúme como justificativa	3
O marido suspeitava que a mulher estava o traindo. A morte da criança, ele justifica, foi para o menino não sofrer. (SD16)	FD1 – a mulher como culpada FD6- o ciúme como justificativa	3
Testemunharam o horror. (SD17)	FD7 – O feminicídio como crime	3
Ele foi autuado por duplo homicídio duplamente qualificado pelo motivo fútil (ciúme) e também por não haver chance de defesa das vítimas. (SD18)	FD2 – A mulher como vítima FD4 – O agressor como culpado FD7 – O feminicídio como crime	3
O marido teria	FD1 – a mulher como	3

conseguido acessar os e-mails de Márcia e encontrado mensagens que poderiam indicar uma traição. (SD19)	culpada	
Eu nunca imaginei, porque ele era um bom pai. E, para mim, a minha irmã nunca se queixou dele. (SD20)	FD3 – o lado humano do agressor	3
Empresário vira réu por feminicídio. (SD21)	FD4 – O agressor como culpado	4
O crime foi cometido por motivo torpe, já que ele supostamente não aceitava O fim do relacionamento. (SD22)	FD7 – O feminicídio como crime	4
Bueno agiu com recurso que dificultou a defesa da vítima e que cometeu feminicídio, crime praticado por violência de gênero. (SD23)	FD4 – O agressor como culpado F7 – O feminicídio como crime	4
"há farta prova do inferno" que vivia Débora por causa de seu namorado. (SD24)	FD2 – A mulher como vítima	4
A vítima "era constantemente vigiada pelo companheiro ciumento, ameaçada, agredida e constrangida a seguir no relacionamento" (SD25)	FD2 – A mulher como vítima	4
"Manter-se pessoa solta que pratica tal	FD4 – O agressor como culpado FD7 – O feminicídio	4

<p>sequência de conduta contra a companheira e que ainda arquiteta versão mentirosa para a execução da pobre vítima, é estimular mais criminalidade e sinalizar para a sociedade que o crime compensa e as pessoas não podem crer nas instituições". (SD26)</p>	<p>como crime</p>	
<p>Um mês depois, a delegada Roberta Bertoldo, da 2ª Delegacia de Homicídios, solicitou a prisão preventiva de Bueno e enquadrou o caso como homicídio com dolo eventual, mesmo havendo um histórico de agressões do companheiro contra a jovem assassinada. (SD27)</p>	<p>FD2 – A mulher como vítima</p>	<p>4</p>
<p>Marido é denunciado por matar advogada. (SD28)</p>	<p>FD4 – O agressor como criminoso/culpado</p>	<p>5</p>
<p>Encaminhada à Justiça, a ação penal por homicídio tem quatro qualificadoras – meio cruel, dificultar defesa da vítima, motivo torpe feminicídio. (SD29)</p>	<p>FD4 – O agressor como criminoso/culpado FD7 – O feminicídio como crime</p>	<p>5</p>
<p>As cenas, captadas por câmeras de segurança de ruas e do prédio onde o casal morava, mostram série de agressões praticadas por Manvailer. (SD30)</p>	<p>FD4 – O agressor como culpado</p>	<p>5</p>

ANEXO A – TEXTO 1

Santo André Garota de 15 anos feita refém por ex-namorado atrai a atenção do país

O drama sem fim de uma adolescente

Dois dias depois de tomar como refém a ex-namorada, o jovem Lindemberg Fernandes Alves, 22 anos, prometeu por telefone, ao vivo na TV, que libertaria a refém, em Santo André (SP), e se entregaria.

A entrevista de 10 minutos, ao programa *A Tarde é Sua*, da Rede TV!, foi apenas mais uma extravagância de um homem que, após terminar a relação amorosa, queria reatá-la usando para isso dois revólveres.

– Vou deixar nas mãos dela (*as armas*). Na melhor hora, eu vou fazer isso. É difícil ter confiança da polícia, acreditar na polícia – afirmou Alves, que não havia cumprido com a pro-

messa até as 23h30min de ontem, deixando os PMs apreensivos.

O ciúme está por trás da decisão do auxiliar de produção de invadir o apartamento de um conjunto habitacional de Santo André e fazer reféns, além da ex-namorada Eloá Cristina Pimentel, 15 anos, uma amiga e dois colegas – os três já libertados. Foi esse sentimento que levou a garota a terminar o namoro e atordoar o jovem.

Liso, como é conhecido, é definido por parentes e amigos como “um rapaz trabalhador”, um tipo normal que batia bola aos sábados na quadra da escola próxima da casa, mas que perdeu o equilíbrio diante das negativas de Eloá em reatar um namoro termi-

ELOÁ CRISTINA PIMENTEL, REFÉM, ÀS 15H30MIN DE ONTEM

“Ele tá cheio de bala, então qualquer decisão precipitada vai me prejudicar. Na melhor hora, ele vai me libertar.”

nado há um mês.

– Ele não se conformava. Brigava por causa do Orkut, das mensagens de celular, dos amigos que se aproximaram novamente – relatou uma amiga da adolescente.

Funcionário de uma empresa de cargas e descargas, Alves complementava o salário – cerca de R\$ 600, segundo amigos – trabalhando como entregador numa pizzaria das redondezas. Caçula de quatro filhos – todos de pais diferentes –, Alves mostrava-se “sempre preocupado”. Após Alves terminar o namoro pela última vez – em dois anos e sete meses de relacionamento, terminou “mais de 10 vezes” –, no início de agosto, Eloá decidiu que era definitivo. Passou a sair mais com o grupo de amigos da escola onde cursa a 1ª série do Ensino Médio e a ignorar as chamadas do ex-namorado.

– Isso foi o que mais doeu nele. Ela chorava na aula e dizia que não sabia o que ele podia fazer – diz uma amiga.

Ontem, já em meio a um dos maiores cercos da história da Polícia Militar paulista, era ele quem estava em pranto, segundo os negociadores. A cada contato com os policiais, Alves chorava e dizia-se arrependido. A irmã dele implorava por socorro.

– Se pudesse, falaria para ele se entregar. Nós (*a mãe e as duas irmãs*) estamos sofrendo muito – afirmou.

Outra vítima de Alves, libertada no fim da noite de terça-feira, Nayara da Silva, 15 anos, prestou um depoimento de sete horas à Polícia Civil. Segundo seus pais, a menina “está bem e mais calma, mas vai ser difícil relaxar até que tudo termine”.

À emissora de TV, garota afirmou estar bem

Como a amiga, Eloá afirmou estar bem, mesmo depois de suportar mais de dois dias na mira do ex-namorado. O jovem a colocou na linha para conceder entrevista à TV:

– Vai dar tudo certo. Estou bem, ele está me tratando bem. Está todo o mundo calmo, agora a situação está sob controle. Ele tá cheio de bala, então qualquer decisão precipitada vai me prejudicar. Minha vida está nas mãos dos policiais. Na melhor hora, ele vai me libertar – afirmou.

Mesmo com o discurso otimista e um eventual desfecho positivo, o trauma ameaça perdurar para a garota. Mais de dois dias de angústia são difíceis de esquecer.

CRONOLOGIA

Polícia Militar paulista montou um dos maiores cercos de sua história para acompanhar ação de rapaz:

SEGUNDA-FEIRA

13:30

Lindemberg Fernandes Alves, 22 anos, invadiu o apartamento no segundo andar de um conjunto habitacional em Santo André (SP)

Estavam no apartamento dois adolescentes e duas garotas de 15 anos – uma delas a ex-namorada de Lindemberg, Eloá Cristina Pimentel

20:30

Equipes da Polícia Militar e do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gata) isolaram a região para negociar a libertação. Eles tinham sido recebidos a tiros pelo seqüestrador

21:00

Um dos adolescentes foi liberado pelo seqüestrador

22:00

O outro adolescente foi solto. As duas jovens permanecem dentro do apartamento

TERÇA-FEIRA

05:30

O rapaz atirou, mas ninguém ficou ferido. Ao longo do dia, apareceu várias vezes na janela

11:00

A avó de uma das garotas entrou em contato com o rapaz, pelo celular. Pela janela, o grupo recebeu alimentos.



REVALDO GOMES / FOLHA IMAGEM

16:00

A energia do apartamento foi cortada

22:00

A energia foi restabelecida



REVALDO GOMES / FOLHA IMAGEM

23:00

A segunda adolescente, Nayara Rodrigues da Silva, é libertada

ONTEM

08:00

Polícia retoma negociação com seqüestrador por celular

12:00

Refém lança pela janela corda feita com lençóis para pegar comida

15:25

Seqüestrador dá entrevista, ao vivo, em programa de TV



FOTOS DANILLO VERRA, FOLHA IMAGEM

ANEXO B – TEXTO 2

Bruno treina com os juniores do Flamengo, mas segue afastado do grupo principal

Goleiro é suspeito de envolvimento no desaparecimento da ex-namorada Eliza Samudio

02/07/2010 - 11h45min
Atualizada em 02/07/2010 - 11h45min

Publicidad

O goleiro Bruno [continua afastado do time principal](#) do Flamengo, que treina em Itu, e trabalhou com a equipe júnior do clube na manhã desta sexta-feira em Vargem Grande, zona oeste do Rio de Janeiro. Segundo o site Globoesporte, por volta de 8h30min, o atleta chegou ao Centro de Treinamento Ninho do Urubu, conversou com o assistente técnico e participou de atividades físicas do grupo.

Bruno é investigado por ser suspeito do desaparecimento da ex-namorada, Eliza Samudio, que ocorreu há cerca de três semanas. Em meio a uma processo de reconhecimento de paternidade do filho da jovem, o atleta é suspeito, junto com dois amigos, de tê-la espancado, queimado suas roupas e ocultado o corpo.

O advogado do goleiro acredita que Bruno [está sendo prejudicado](#) com as investigações, pois [não pode treinar](#) e não se arrisca sequer a andar na rua.

A família de Eliza está oferecendo uma [recompensa de R\\$ 5 mil](#) para quem auxiliar a polícia a localizar a jovem.

MAIS LIDAS

Duas crianças morrem afogadas em piscina de casa abandonada em Itapema

Argentina vence Catar na Arena do Grêmio e se classifica para as quartas da Copa América

Após acidente com wakeboard, filho de Luciano Huck e Angélica é operado e passa bem

Brasil perde para França na prorrogação e é eliminado da Copa do Mundo feminina

ANEXO C – TEXTO 3



Marido deixou bilhetes na casa na Zona Sul onde mulher e filho foram encontrados assassinados

TRAGÉDIA FAMILIAR

Ciúme teria motivado morte de mãe e filho

Enfermeira e menino foram mortos em casa, no bairro Tristeza, na Capital

EDUARDO TORRES e JULIA OTERO

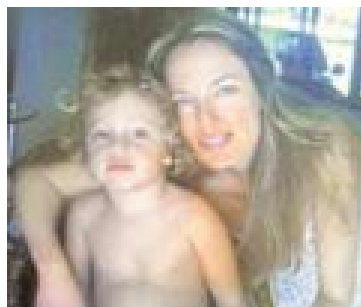
O ciúme teria levado o bioquímico Ênio Luiz Carnetti, 46 anos, a pôr fim à família e depois tentar o suicídio.

Essa é a conclusão da polícia depois de analisar dois bilhetes deixados por ele na casa onde a mulher, Márcia Cambraia Calixto Carnetti, 39 anos, e o filho Matheus Carnetti, cinco anos, foram encontrados mortos a facadas na manhã de ontem.

Provavelmente foram assassinados na noite de quarta-feira. Em um dos bilhetes, o homem dizia "preferir morrer a ir para a cadeia".

– O marido suspeitava que a mulher estava o traindo. A morte da criança, ele justifica, foi para o menino não sofrer – afirmou o delegado Cléber dos Santos Lima, que investiga o caso pela 1ª Delegacia de Homicídios.

Por volta das 7h de ontem, o pai e o irmão de Márcia chegaram à casa da família, na Rua Sargento Nicolau Dias de Farias, no bairro Tristeza, zona sul



Márcia e o filho Matheus

da Capital, acompanhados de policiais – os parentes estranharam o carro de Márcia estacionado com as luzes internas ligadas e a falta de contato com a enfermeira e chamaram a polícia.

Testemunharam o horror. Os agentes arrombaram a casa. Subiram as escadas e encontraram a enfermeira caída de bruços no quarto do casal. Correram ao quarto do menino. Matheus estava de pijama, deixado deitado de lado em sua cama.

De acordo com a delegada Clarissa Demartini, ainda não há comprovação de que o crime tenha ocorrido nesses cômodos. Havia sinais de que o assas-

sino tentou limpar a cena do crime.

Aquela altura, Carnetti estava internado no HPS. Por volta das 22h de quarta-feira, ele havia sido resgatado por pescadores da região das ilhas, depois de supostamente se jogar da ponte do Guaíba, na BR-290.

Durante a noite, os atendentes do hospital teriam sido induzidos ao erro. Carnetti teria informado o nome errado e, em nenhum momento, referiu o que havia acontecido em casa.

– A desconfiança surgiu quando ele foi identificado, a partir do carro, recolhido no local onde tentou o suicídio. Aí, os parentes foram atrás da família – disse o responsável pelo inquérito.

Ainda na manhã de ontem, Carnetti teve a prisão em flagrante homologada. Até a noite, era mantido sob custódia no hospital. Segundo o delegado, ele foi autuado por duplo homicídio duplamente qualificado pelo motivo fútil (ciúme) e também por não haver chance de defesa das vítimas. A prisão preventiva foi pedida pela polícia.

eduardo.torres@diariogaucha.com.br

Bioquímico espionava os e-mails

Ênio Luiz Carnetti e Márcia Cambraia Calixto Carnetti eram casados há 15 anos e, segundo testemunhas, os episódios de ciúme por parte do marido não seriam recentes. Dessa vez, segundo o delegado Cléber dos Santos Lima, o marido teria conseguido acessar os e-mails de Márcia e encontrado mensagens que poderiam indicar uma traição. Na casa, os policiais en-

contraram os e-mails impressos com os bilhetes escritos por ele.

– Estou perplexo. Eu nunca imaginei, porque ele era um bom pai. E, para mim, a minha irmã nunca se queixou dele – comentou Rafael Calisto.

Carnetti é funcionário público estadual e trabalha como bioquímico no Laboratório Central de Saúde Pública do Estado (Lacen). Também seria só-

cio de um laboratório de análises químicas. Márcia era enfermeira do município. O menino frequentava uma escola particular na Zona Sul.

Os familiares suspeitam que o crime tenha acontecido ainda na noite de terça-feira. Isso porque era a data do aniversário de Márcia. A hipótese, no entanto, é praticamente descartada pelo delegado responsável pelo caso.

ANEXO D – TEXTO 4

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Caso Débora: empresário vira réu por feminicídio

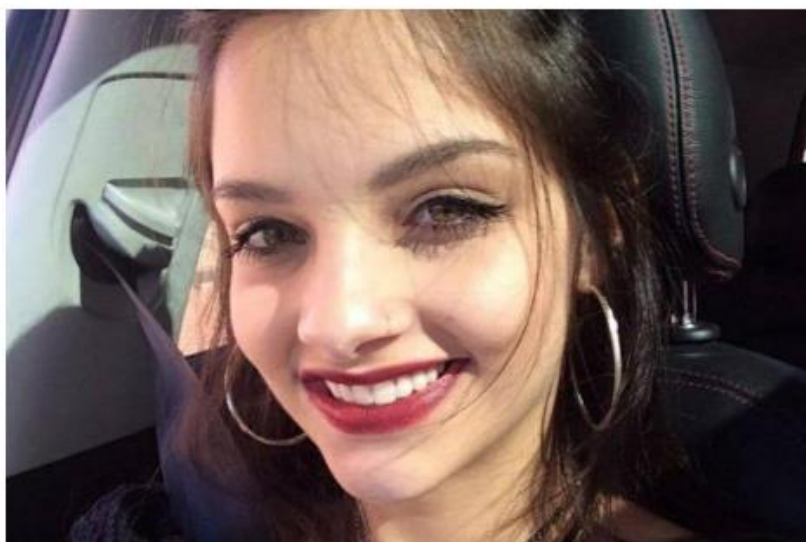
Marcelo de Oliveira Bueno alegava morte acidental de namorada, na zona norte de Porto Alegre. O acusado está preso

18/07/2018 - 14h14min
Atualizada em 18/07/2018 - 17h12min

Publicidade



VITOR ROSA



Débora tinha 18 anos e foi assassinada com tiro no rosto
Reprodução / Facebook

MAIS LIDAS

Argentina vence Catar na Arena do Grêmio e se classifica para as quartas da Copa América

Brasil perde para França na prorrogação e é eliminado da Copa do Mundo feminina

Duas crianças morrem afogadas em piscina de casa abandonada em Itapema

Após acidente com wakeboard, filho de Luciano Huck e Angélica é operado e passa bem

O Ministério Público (MP) denunciou por homicídio qualificado [o empresário Marcelo de Oliveira Bueno, 37 anos, pela morte de sua companheira, Débora Forcolén, 18 anos](#), no dia 31 de maio deste ano, na zona norte de Porto Alegre. O homem, [preso na última sexta-feira \(13\)](#), alegava que o tiro que atingiu a vítima foi acidental. Para o MP, o crime foi cometido por motivo torpe, já que ele supostamente não aceitava o fim do relacionamento. A Promotoria também entendeu que Bueno agiu com recurso que dificultou a defesa da vítima e que cometeu feminicídio, crime praticado por violência de gênero. A Justiça aceitou a acusação e Bueno virou réu.

LEIA MAIS

Caso Débora: preso empresário acusado de matar namorada de 18 anos em Porto Alegre



VÍDEO: "Fica a dor, fica a saudade", diz mãe de jovem morta por empresário em Porto Alegre



Todas as notícias sobre o caso Débora

Na denúncia, o promotor Eugênio Paes Amorim revela como motivo do crime o fato de o empresário "não aceitar o desejo da vítima de por fim à relação de união estável que mantinham". Segundo Amorim, "há farta prova do inferno" que vivia Débora por causa de seu namorado. O promotor anotou na denúncia que a vítima "era constantemente vigiada pelo companheiro ciumento, ameaçada, agredida e constrangida a seguir no relacionamento". Também é relatada no documento ameaças do homem a familiares da jovem.

Ainda no documento, o promotor faz críticas à Polícia Civil por aceitar inicialmente a tese de que o tiro foi acidental. Amorim afirma que a corporação agiu de maneira "incauta", alega que cometeu um "crasso erro" e diz que o homem só foi solto inicialmente por causa do entendimento policial. [A Polícia Civil havia indiciado o homem por homicídio com dolo eventual](#) — quando o autor assume o risco de seus atos, mas não necessariamente tem o objetivo — e não entendeu que houve [feminicídio](#).



Bueno foi preso na última sexta-feira em clínica de Santa Catarina
Reprodução / Reprodução

"Manter-se a pessoa solta que pratica tal sequência de conduta contra a companheira e que ainda arquiteta versão mentirosa para a execução da pobre vítima, é estimular mais criminalidade e sinalizar para a sociedade que o crime compensa e as pessoas não podem crer nas instituições", criticou o promotor.

Na segunda-feira, a acusação foi aceita pela Justiça. Amorim ainda pedia a prisão do empresário, que foi cumprida na manhã da sexta-feira (13). Bueno foi encontrado na Unidade de Saúde Mental do Hospital Regional de Palmitos, no oeste de Santa Catarina. O réu teria se internado voluntariamente no local. A alegação da promotoria é que a detenção era necessária para garantir a ordem pública.

Também foi denunciado Rodrigo Mallet Maciel de Almeida, amigo de Bueno, e que teria fornecido a arma para ele — o crime é porte ilegal. O réu ainda não tem defesa constituída.

Contraponto

As advogadas do réu, Simone Schroeder e Fernanda Silva da Silva, afirmam que não se trata de crime relacionado a violência de gênero. Segundo a defesa, o promotor denunciou Bueno sem assistir as imagens da câmera de segurança presente no local, "sendo lamentável que a acusação faça essas imputações de forma apressada sem a devida atenção a todos os elementos e provas do caso".

As defensoras seguem afirmando que o tiro ocorreu de forma acidental, ainda mais com a existência das imagens juntadas nos autos.

Disparo com pistola

Débora morreu após ser atingida por um disparo no rosto. O atirador seria Bueno, companheiro da vítima, que alegou estar brincando com a pistola calibre .380 quando apontou para a mulher. Chegou a ser preso, mas acabou solto alegando disparo acidental e passou a responder por homicídio culposo, quando não há intenção. [O homem foi solto e familiares se revoltaram, afirmando que ele ameaçava e a agredia.](#)

Um mês depois, a delegada Roberta Bertoldo, da 2ª Delegacia de Homicídios, solicitou a prisão preventiva de Bueno e enquadrou o caso como homicídio com dolo eventual, mesmo havendo um histórico de agressões do companheiro contra a jovem assassinada.

ANEXO E – TEXTO 5

Marido é denunciado por matar advogada no Paraná

PROFESSOR LUÍS MANVAILER foi acusado de assassinar, alterar local do homicídio e de cárcere privado contra companheira em Guarapuava

O Ministério Público (MP) do Paraná denunciou, na segunda-feira, o professor de Biologia Luis Felipe Manvailer, 32 anos, pela morte da mulher, Tatiane Spitzner, 29 anos, após queda do quarto andar de um prédio em Guarapuava.

Encaminhada à Justiça, a ação penal por homicídio tem quatro qualificadoras – meio cruel, dificultar defesa da vítima, motivo torpe e feminicídio. Manvailer também foi denunciado por fraude processual, devido à alteração da cena do crime, e cárcere privado.

As cenas, captadas por câmeras de segurança de ruas e do prédio onde o casal morava, mostram série de agressões praticadas por Manvailer, por cerca de 20 minutos, na madrugada de 22 de julho. Ele foi detido horas depois da morte de Tatiane em estrada em São Miguel do Iguçu, a caminho de Foz do Iguçu. A detenção foi convertida em preventiva.



Homem se desespera no elevador após recolher corpo da mulher



GAÚCHAZH

As agressões gravadas em bit.ly/crimePR

CLÁUDIA LAITANO

claudia.laitano@zerohora.com.br

A morte de Tatiane: devemos, sim, meter a colher

O primeiro golpe que nos atinge é o da covardia do agressor. Um homem, obviamente orgulhoso da própria força, usando os músculos forjados em academia para agredir alguém muito menor, mais fraco e incapaz de oferecer qualquer tipo de reação. Esse tipo de situação sempre nos choca, mesmo se fossem dois estranhos brigando na rua, na frente de um bar, por algum motivo banal.

Mas não se trata de dois estranhos. Luís Felipe Manvailer e Tatiane Spitzner eram casados havia cinco anos. Viajaram para a Europa, passaram festas de aniversário e Natais juntos, frequentaram as famílias um do outro, fizeram planos. Sempre movidos por aquilo que, um dia, imaginaram ser amor genuíno – o tipo que leva pessoas a planejarem ter filhos e viverem sob o mesmo teto até o fim de suas vidas.

Uma das maiores crueldades da violência doméstica, em um país já tão violento quanto o Brasil, é levar para dentro de casa o medo que todos sentimos dos estranhos na rua. Se um amor, ou mesmo a memória de um amor, não nos protege, quem nos protegerá?

A lei. Homens covardes devem ser punidos com todo o rigor

pela Justiça, para que não reste no ar qualquer suspeita de impunidade – e para que todos os meninos cresçam sabendo que não podem usar a agressão como válvula de escape de suas frustrações.

As cenas que chocaram o Brasil nos últimos dias vão além. Para começar, rompem o mito do assassino movido por um momento de descontrole passageiro. O algoz de Tatiane não parece emocionalmente descontrolado. O que vemos é um espetáculo de submissão do mais fraco pelo mais forte, em um crescendo de violência e frieza.

Houve vários momentos em que ele poderia ter interrompido o massacre ou simplesmente permitido que sua vítima escapasse. Mas Luís Felipe continua voltando a sua presa de forma selvagem, talvez tirando algum tipo de satisfação do sofrimento e do desespero crescentes de Tatiane. Não há paixão nesses ataques, há sadismo, e por isso deveríamos abolir o termo “crime passionai” do nosso vocabulário, para não emprestar qualquer idealização a esse tipo de violência.

Confesso que, na primeira vez em que assisti às cenas que culminaram na morte de Tatiane, fiquei em dúvida sobre

o sentido de expor a intimidade da vítima dessa forma.

O que sentiriam os pais dela, os amigos, os colegas de trabalho ao verem o martírio de Tatiane em cadeia nacional? Não seria esse tipo de exposição uma espécie de pornografia da violência, fadada a ser esquecida por todos, com exceção dos seus familiares e amigos?

Nas horas seguintes, percebi que poderia haver, sim, algum valor nessa exposição crua de cenas que, fora do escrutínio público, acontecem todos os dias – em casas de três andares, em edifícios de classe média, em barracos de madeira. Essas imagens terríveis obrigaram os brasileiros a parar para refletir sobre violência doméstica. Um debate que deveria ser muito mais frequente em um país em que uma mulher é morta a cada duas horas.

Falou-se muito também sobre a importância de reagir quando testemunhamos algum tipo de discussão que pode resultar em agressão, física ou psicológica, de outra pessoa. Em briga de marido e mulher, sim, devemos meter a colher. Para que vidas sejam salvas – e para que a culpa pela omissão não nos assombre, como fantasma muito real, para o resto de nossas vidas.